



Síntese dos **Indicadores Sociais** do Piauí - 2024



Síntese dos **Indicadores Sociais** do Piauí - 2024

Governo do Estado do Piauí

Rafael Tajra Fonteles

**Secretaria de Estado do
Planejamento (SEPLAN)**

Washington Luis de Sousa Bonfim

**Superintendência de Estudos
Econômicos e Sociais e
Planejamento Participativo (CEPRO)**

Cíntia Bartz Machado

**Diretoria de Estudos Sociais e
Ambientais (DESA)**

Liége de Souza Moura

**Diretoria de Estudos Econômicos
e Estatísticas (DEEE)**

Diarlisson Lucas da Silva Costa

**Diretoria de Planejamento Estratégico
e Participativo (DPEP)**

Bruna de Freitas Iwata

**Coordenação da Síntese de
Indicadores Sociais do Piauí**

Liége de Souza Moura

Equipe Técnica

Antônio Alberto Ibiapina Costa Filho
Francisco Robert Bandeira Gomes da Silva
Lara Danuta da Silva Amaral Gomes
Marcos Pereira da Silva
Sofia Martins de Carvalho Lopes
Geovana Machado Pereira (Estagiária)
Glauro Filipe Silva Sampaio (Estagiário)
Leonardo de Castro Araújo (Estagiário)
Lohana dos Santos Abreu (Estagiária)
Marcos Matheus Pereira Barbosa (Estagiário)

Setor de Publicações

Luciana Maura Sales de Sousa
Teresa Cristina Moura Araújo Nunes

Normalização

Adriana Melo Lima

Capa e Diagramação

Pedro Henrique Soares da Silva

Ficha catalográfica elaborada pela Bibliotecária Adriana Melo Lima CRB – 13/842

Síntese dos Indicadores Sociais do Piauí [recurso eletrônico] / Superintendência
CEPRO/SEPLAN Teresina : CEPRO/SEPLAN, 24.

64 p. : il. Color. : v.2, n. 2.

1. Estatística. 2. Indicadores sociais. 3. Piauí. I. Título.

CDU 311.141:308(812)

Contato

SUPERINTENDÊNCIA CEPRO/SEPLAN

BIBLIOTECA PÁDUA RAMOS

Av. Miguel Rosa, 3190/Centro Sul – CEP 64001-490 – Teresina-PI

Telefone: 0xx86 3221-4809, 3215-4252 – Ramal: 21/22

Email: assessoria.cepro@seplan.pi.gov.br – Sítio: www.seplan.pi.gov.br/cepro/



LISTA DE MAPAS

Mapa 1 – Piauí: Macrorregiões.....	16
Mapa 2 – Piauí: Territórios de Desenvolvimento.....	17
Mapa 3 – Piauí: População Residente 2022.....	19
Mapa 4 – Piauí: Densidade Demográfica 2022.....	21



LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Resumo dos Indicadores.....	9
Quadro 2 – Resumo Comparativo dos Indicadores Sociais (Piauí).....	10

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Radar dos Indicadores do Piauí.....	11
Gráfico 2 – Série histórica da população residente do estado do Piauí.....	19
Gráfico 3 - Série histórica da densidade demográfica do estado do Piauí	21
Gráfico 4 – Proporção da população coberta pelo Programa Bolsa Família - Piauí, Nordeste e Brasil (%) ..	256
Gráfico 5 – Valores médios dos benefícios do PBF, Brasil, Nordeste e Piauí (2018-2021; 2023) (R\$).....	26
Gráfico 6 – Proporção de famílias inscritas no CadÚnico, Piauí, Nordeste e Brasil (2015-2023) (%).....	28
Gráfico 7 – Segurança Alimentar: Brasil, Nordeste e Piauí (2004 e 2023).....	29
Gráfico 8 – Insegurança alimentar: leve, moderada e grave no Piauí (2004 e 2023).....	30
Gráfico 9 – Percentual da população com atendimento de água no Piauí.....	332
Gráfico 10 – Percentual da população atendida com esgotamento sanitário.....	35
Gráfico 11 – Percentual de coleta direta de resíduos sólidos, Piauí, Nordeste e Brasil (2019 e 2022).....	36
Gráfico 12 – Número médio de anos de estudo das pessoas de 15 anos ou mais de idade.....	37
Gráfico 13 – Número médio de anos de estudo das pessoas de 25 anos ou mais de idade.....	38
Gráfico 14 – Taxa de analfabetismo das pessoas de 15 anos ou mais de idade (%).....	38
Gráfico 15 – Taxa de analfabetismo das pessoas de 25 anos ou mais de idade (%).....	39
Gráfico 16 – Taxa de promoção do Ensino Fundamental (%).....	40
Gráfico 17 – Taxa de promoção do Ensino Médio.....	40
Gráfico 18 – Taxa de repetência do Ensino Fundamental (2016 - 2021) (%).....	41
Gráfico 19 – Taxa de repetência do Ensino Médio (2016-2021) (%).....	42
Gráfico 20 – Taxa de Evasão do Ensino Fundamental.....	42
Gráfico 21 – Taxa de evasão do Ensino Médio.....	43
Gráfico 22 – Taxa de migração para o EJA do Ensino Fundamental.....	44
Gráfico 23 – Taxa de migração para o EJA do Ensino Médio (%).....	44
Gráfico 24 – Percentual da população (14 anos ou mais) com pelo menos o Ensino Fundamental completo (%).....	45
Gráfico 25 – Mortalidade na infância (%) - 2010 a 2023.....	49
Gráfico 26 – Taxa de mortalidade neonatal (%) – 2010 a 2023.....	50
Gráfico 27 - Taxa de informalidade de pessoas de 14 anos ou mais no Piauí, Região Nordeste e Brasil (%) - 2016 a 2023.....	58
Gráfico 28 - Taxa de formalidade de pessoas de 14 anos ou mais no Piauí, Região Nordeste e Brasil (%) - 2016 a 2023.....	59
Gráfico 29 - Distribuição percentual de pessoas de 14 anos ou mais de idade, ocupadas na semana de referência, por grupamento de atividades no trabalho principal no Piauí, Nordeste e Brasil (2023).....	61



LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Área do estado do Piauí.....	16
Tabela 2 – Composição da população do Piauí, de acordo com o sexo, em 2022.....	23
Tabela 3 – Composição da população do Piauí, de acordo com a raça, em 2022.....	23
Tabela 4 – Composição da população do Piauí, de acordo com a idade, em 2022 (%).....	23
Tabela 5 – População atendida com abastecimento de água (%) Piauí, Nordeste, Brasil (2010 e 2022).....	33
Tabela 6 – População atendida com rede de esgoto (%) Piauí, Nordeste e Brasil (2010 e 2022).....	34
Tabela 7 – Percentual do esgoto gerado e tratado (%) Piauí, Nordeste e Brasil (2010 e 2022).....	35
Tabela 8 – Taxa de distorção idade-série (Ensino Fundamental II) – Rede Pública Estadual (%).....	46
Tabela 9 – Piauí: Taxa de distorção idade-série (Ensino Médio) – Rede Pública Estadual (%).....	46
Tabela 10 – Distribuição do número de matrículas segundo a rede de ensino.....	47
Tabela 11 – Esperança de vida ao nascer no Brasil, Nordeste e Piauí – 2013 a 2024.....	48
Tabela 12 – Taxa de mortalidade materna global, Piauí, Nordeste e Brasil (%) – 2011 a 2023.....	51
Tabela 13 – Números absolutos de estabelecimentos de saúde, Piauí, Nordeste e Brasil.....	52
Tabela 14 – Pessoas de 14 anos ou mais de idade, ocupadas na semana de referência, por sexo, no Piauí, Nordeste e Brasil - 2016 a 2023 (%).....	54
Tabela 15 - Pessoas de 14 anos ou mais de idade, por raça, ocupadas na semana de referência, por raça ou cor, no Piauí, Nordeste e Brasil - 2016 a 2023.....	55
Tabela 16- Taxa de desocupação das pessoas de 14 anos ou mais de idade, por sexo, Nordeste e Brasil (%) - 2016 a 2023.....	56
Tabela 17 - Taxa de desocupação das pessoas de 14 anos ou mais de idade, por raça, por raça ou cor no Piauí, Nordeste e Brasil (%) - 2016 a 2023.....	57
Tabela 18 - Distribuição percentual de pessoas de 14 anos ou mais de idade, ocupadas na semana de referência, por agrupamento de atividades no trabalho principal, no Piauí.....	60
Tabela 19 - Rendimento médio mensal real da população residente com rendimento, a preços médios do ano (reais)(2016-2023).....	62
Tabela 20 - Coeficiente de Gini.....	62



SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO.....	8
RESUMO DOS INDICADORES.....	9
INTRODUÇÃO.....	13
1 ASPECTOS DEMOGRÁFICOS: TERRITÓRIO E POPULAÇÃO PIAUIENSE.....	15
1.1 Área territorial.....	15
1.2 Divisão política e regional.....	15
1.3 População residente.....	17
1.4 Distribuição da população por sexo e por cor ou raça.....	21
1.5 Distribuição populacional por grupos de idade.....	22
2 CONDIÇÕES DE VIDA.....	23
2.1 Assistência Social e Segurança Alimentar.....	24
2.1.1 Programa Bolsa Família.....	24
2.1.2 Valor médio do benefício do programa Bolsa Família.....	26
2.1.3 Proporção de famílias inscritas no CadÚnico.....	27
2.1.4 Segurança alimentar.....	28
2.2 Saneamento básico.....	30
2.2.1 Abastecimento de água.....	31
2.2.2 Serviço de esgotamento sanitário.....	32
2.3 Educação.....	34
2.3.1 Escolaridade média.....	35
2.3.2 Taxa de analfabetismo.....	36
2.3.3 Taxa de promoção do Ensino Fundamental e Médio.....	37
2.3.4 Taxa de repetência de Ensino Fundamental e Médio.....	39
2.3.5 Taxa de evasão do Ensino Fundamental e Médio.....	40
2.3.6 Taxa de migração para o EJA do Ensino Fundamental e Médio.....	41
2.3.7 Percentual da população (14 anos ou mais) com pelo menos o Ensino Fundamental completo.....	42
2.3.8 Distorção idade-série.....	42
2.3.9 Número de matrículas.....	43
2.4 Saúde.....	44
2.4.1 Expectativa de vida ao nascer.....	44
2.4.2 Mortalidade na Infância.....	45
2.4.3 Mortalidade neonatal.....	46
2.4.4 Mortalidade materna.....	47
2.4.5 Estabelecimentos de saúde.....	48
3 TRABALHO, EMPREGO E RENDA.....	49
3.1 Ocupação e Desocupação.....	49
3.2 Formalidade e informalidade.....	53
3.3 Pessoas ocupadas, na semana de referência, por grupamento de trabalho principal.....	55
3.4 Rendimentos (valor médio, classes de rendimento, coeficiente de Gini, extrema pobreza e pobreza).....	57
REFERÊNCIAS.....	59

APRESENTAÇÃO

A Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais e Planejamento Participativo (CEPRO) apresenta a Síntese dos Indicadores Sociais do Estado do Piauí 2024. Trata-se de uma publicação anual que tem como objetivo apresentar à sociedade piauiense uma análise de indicadores sociais do Estado oferecendo possibilidades para a construção de diferentes análises.

O cerne da publicação é flexível, selecionando temas e indicadores que enriquecem a análise da realidade social piauiense sob múltiplas perspectivas. Isso, sem a intenção de contemplar todos os aspectos em uma só publicação, pois o foco é fornecer caminhos que contribuam para uma compreensão mais ampla e diversificada do contexto piauiense.

Em relação à primeira edição, esta inclui novas análises quanto às Condições de Vida, com foco especial na assistência social e na segurança alimentar. No que se refere ao saneamento, a presente edição aborda o abastecimento de água, a cobertura da rede de esgoto e a coleta de resíduos sólidos.

A síntese organiza indicadores essenciais sobre a realidade social do Piauí, abordando temas estruturais como a educação e a saúde da população, oferecendo uma base para o planejamento público e estudos específicos, com comparações entre o desempenho do Estado, Brasil e Região Nordeste.

A partir desta análise, é possível traçar estratégias para melhorar as condições de vida, reduzir desigualdades e promover um desenvolvimento justo e sustentável. Convidamos todos a explorar este estudo e a se engajar na construção de um futuro melhor para o Piauí, “sem deixar ninguém para trás”!

Cíntia Bartz Machado

Superintendente de Estudos Econômicos e Sociais e Planejamento Participativo (CEPRO)

RESUMO DOS INDICADORES

Quadro 1 – Resumo dos Indicadores

Indicadores	Valores		
	PI	NE	BR
Assistência Social e Segurança Alimentar			
Proporção da população coberta pelo Programa Bolsa Família (%) (2023)	47,1	41,8	25,8
Valores médios dos benefícios do PBF (R\$) (2023)	676,81	677,52	680,61
Proporção de famílias inscritas no CadÚnico (%) (2023)	68	63	45
Segurança alimentar (%) (2023)	55,7	59,3	70,3
Saneamento Básico			
População atendida com abastecimento de água (%) (2022)	72,8	76,6	84,9
População atendida com rede de Esgoto (%) (2022)	19,4	31,4	56
Percentual do esgoto gerado e tratado	18,8	34,3	52,2
Percentual de coleta direta de resíduos sólidos (2022)	68,1	74,1	85,3
Educação			
Número médio de anos de estudo das pessoas de 15 anos ou mais de idade (2023)	8,8	9,1	10,1
Número médio de anos de estudo das pessoas de 25 anos ou mais de idade (2023)	8,4	8,7	9,9
Taxa de analfabetismo das pessoas de 15 anos ou mais de idade (%) (2023)	13,3	11,2	5,4
Taxa de analfabetismo das pessoas de 25 anos ou mais de idade (%) (2023)	16,3	13,7	6,5
Taxa de promoção do Ensino Fundamental (%) (2020/2021)	93,2	94,5	95
Taxa de promoção do Ensino Médio (2020/2021)	89,2	88	89
Taxa de repetência do Ensino Fundamental (2020/2021)	3,1	3,2	2,3
Taxa de repetência do Ensino Médio (2020/2021)	4,4	5,4	3,9
Taxa de evasão do Ensino Fundamental (2020/2021)	2,7	3,1	2,3
Taxa de evasão do Ensino Médio (2020/2021)	5,3	5,4	5,9
Taxa de migração para o EJA do Ensino Fundamental (2020/2021)	1	0,7	0,3
Taxa de migração para o EJA do Ensino Médio (%) (2020/2021)	1,1	1,1	1,2
Percentual da população (14 anos ou mais) com pelo menos o Ensino Fundamental Completo (%) (2023)	7,6	7,9	8,5
Taxa de distorção idade-série (Ensino Fundamental II) – Rede Pública Estadual (%) (2023)	15,6	27,9	22,5
Taxa de distorção Idade-Série (Ensino Médio) – Rede Pública Estadual (%) (2022)	21,6	26,8	28,9
Saúde			
Esperança de vida ao nascer (2024)	76,96	76,15	76,61
Mortalidade na infância (%) (2023)	17,10	16,21	14,96
Mortalidade neonatal (2023)	9,3	9,29	8,50
Taxa de mortalidade materna global (2023)	54,62	55,36	50,66
Trabalho, emprego e renda no Piauí			
Taxa de informalidade de pessoas de 14 anos ou mais no Piauí (2023)	53,4	51,7	39,1
Taxa de formalidade de pessoas de 14 anos ou mais (2023)	46,6	48,8	60,9
Coefficiente de Gini (2023)	0,552	0,509	0,518

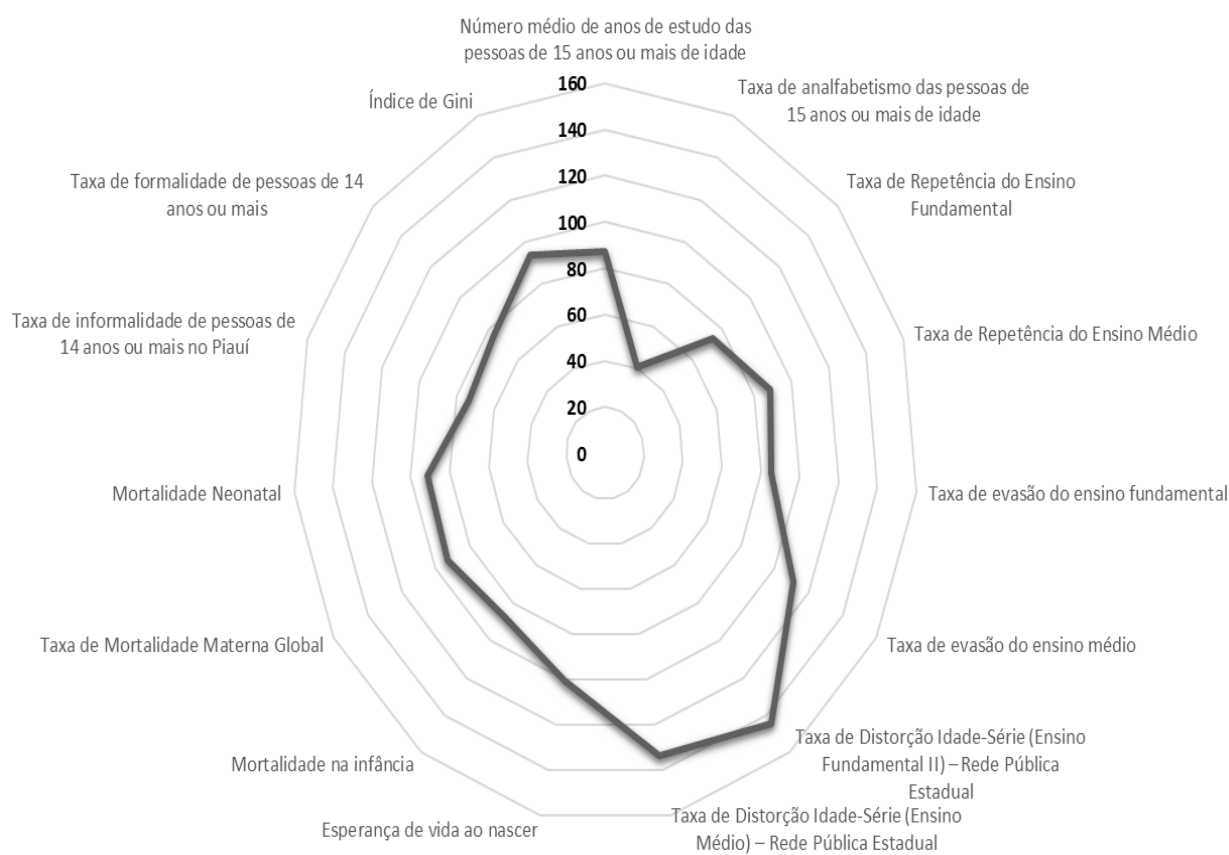
Fonte: PNADC/IBGE. Elaboração: Superintendência CEPRO/SEPLAN (2024).

Quadro 2 – Resumo Comparativo dos Indicadores Sociais (Piauí)

Indicadores	Anterior	Atual
Assistência Social e Segurança Alimentar	2019	2023
Proporção da população coberta pelo Programa Bolsa Família (%)	40,8	47,1
Proporção de famílias inscritas no CadÚnico (%)	59	68
	2021	2023
Valores médios dos benefícios do PBF (R\$)	105,2	676,81
	2004	2023
Segurança alimentar (%)	31,77	55,7
Saneamento Básico	2010	2022
População atendida com abastecimento de água (%)	64,9	72,8
População atendida com rede de Esgoto (%)	5,5	19,4
Percentual do esgoto gerado e tratado	7	18,8
	2019	2022
Percentual de coleta direta de resíduos sólidos	67,5	68,1
Educação	2022	2023
Número médio de anos de estudo das pessoas de 15 anos ou mais de idade	8,6	8,8
Número médio de anos de estudo das pessoas de 25 anos ou mais de idade	8,1	8,4
Taxa de analfabetismo das pessoas de 15 anos ou mais de idade (%)	14,8	13,3
Taxa de analfabetismo das pessoas de 25 anos ou mais de idade (%)	18,3	16,3
Percentual da população (14 anos ou mais) com pelo menos o Ensino Fundamental Completo (%)	7,6	7,6
Taxa de distorção idade-série (Ensino Fundamental II) – Rede Pública Estadual (%)	26,6	22,5
Taxa de distorção Idade-série (Ensino Médio) – Rede Pública Estadual (%) (2023)	30,5	28,9
	2019/2020	2020/2021
Taxa de promoção do Ensino Fundamental (%)	87,9	93,2
Taxa de promoção do Ensino Médio	81,2	89,2
Taxa de repetência do Ensino Fundamental	7,6	3,1
Taxa de Repetência do Ensino Médio	8,6	4,4
Taxa de evasão do Ensino Fundamental	2,9	2,7
Taxa de evasão do Ensino Médio	7,3	5,3
Taxa de migração para o EJA do Ensino Fundamental	1,6	1
Taxa de migração para o EJA do Ensino Médio (%)	2,9	1,1
Saúde	2022	2023
Mortalidade na infância (%) (2023)	18,58	17,1
Mortalidade neonatal (2023)	9,63	9,3
Taxa de Mortalidade Materna Global (2023)	58,88	54,62
Números absolutos de estabelecimentos de saúde (2023)	4.162	4.369
	2023	2024
Esperança de vida ao nascer (2024)	72,27	76,96
Trabalho, emprego e renda no Piauí	2022	2023
Taxa de informalidade de pessoas de 14 anos ou mais no Piauí (2023)	54,8	53,4
Taxa de formalidade de pessoas de 14 anos ou mais (2022)	38,6	46,6
Índice de Gini (2023)	0,518	0,552

Fonte: PNADC/IBGE. Elaboração: Superintendência CEPRO/SEPLAN (2024).

Gráfico 1 – Radar dos Indicadores do Piauí



Fonte: PNAD/IBGE (2023); INEP (2023). Elaboração: Superintendência CEPRO/SEPLAN (2024).

O Gráfico 1, no formato Radar, foi desenvolvido com o propósito de analisar e comparar indicadores relacionados à Educação, Saúde, Mercado de Trabalho e Desigualdade. Os valores presentes no gráfico representam a proporção percentual dos indicadores do Estado do Piauí em relação aos indicadores do cenário nacional. A finalidade desse gráfico é demonstrar o grau de proximidade entre os indicadores do Piauí e os indicadores do Brasil.

No Gráfico 1, quando os valores dos indicadores piauienses estão abaixo de 100%, demonstram valores inferiores ao nacional, ou seja, o Estado apresenta um desempenho inferior ao do Brasil. Por outro lado, quando os valores são iguais a 100%, significa que os indicadores do Piauí estão em consonância com a média nacional, refletindo um alinhamento em termos de desempenho. Já quando os valores estão acima de 100%, há indícios de que os indicadores piauienses estão superiores aos brasileiros, sugerindo um desempenho melhor.

Em 2023, ao analisar os 15 indicadores dispostos no Gráfico 1, o Piauí alcançou uma média de 89,7% em comparação aos mesmos indicadores nacionais. Isso significa que o Estado se aproxima em 89,7% da média nacional em indicadores relacionados à Educação, Saúde, Mercado de Trabalho e Desigualdade.

Em termos específicos, a educação no Piauí corresponde a 90,7% dos indicadores nacionais, enquanto a saúde alcança 93,02% dos indicadores nacionais. No mercado de trabalho, o Piauí representa 81,19% em relação ao cenário nacional.

No resumo inicial dos indicadores contidos na Síntese dos Indicadores Sociais do Piauí, referente ao ano de 2023, são apresentados indicadores sociais que permitem uma análise da situação do Estado do Piauí. Esses indicadores abrangem áreas, tais como saúde, educação, renda, trabalho, habitação, entre outras. Por meio desses dados, é possível analisar e compreender melhor a realidade social da população piauiense, identificando desafios e oportunidades para o desenvolvimento do Estado.

INTRODUÇÃO

A Síntese dos Indicadores Sociais do Piauí desempenha uma função dupla. De um lado, subsidia o planejamento governamental e a formulação de políticas públicas, fornecendo informações que podem fundamentar decisões estratégicas. De outro, atua como um instrumento de *accountability*, permitindo que a sociedade piauiense acompanhe os efeitos das políticas públicas em sua realidade. Assim, promove-se a transparência e a prestação de contas, fortalecendo a participação cidadã e a responsabilidade dos governantes.

Os estudos analíticos sobre a realidade social, objeto deste documento, requerem a utilização de indicadores que forneçam informações sobre a realidade social do Estado do Piauí. Os indicadores operacionalizam-se como “[...] um recurso metodológico, empiricamente referido, que informam algo sobre um aspecto da realidade social ou de mudanças que estão se processando na mesma” (Jannuzzi, 2009, p. 15). Em outras palavras, os indicadores podem subsidiar a tomada de decisão dos gestores públicos das diversas esferas governamentais e tornar público os dados para os diversos segmentos da sociedade.

Com abordagem quantitativa e descritiva, o objetivo desta síntese é oferecer uma análise dos indicadores sociais que refletem as condições de vida dos piauienses. Este documento não pretende abranger a totalidade da realidade, mas foca em um conjunto de indicadores que se agrupam em três temas principais: a) aspectos demográficos; b) condições de vida; e c) trabalho, emprego e renda. Esses temas são, em alguns casos, desagregados por grupos populacionais específicos e comparados com outros níveis geográficos, como a Região Nordeste e o Brasil.

Esta Síntese é composta por esta introdução e três capítulos. No Capítulo 1, são descritos aspectos demográficos do estado do Piauí, visando situar a área territorial, tanto total quanto territorialmente, e descrever a composição da população a partir das desagregações por raça ou cor, sexo e grupos de idade.

O Capítulo 2 trata das condições de vida representadas por quatro aspectos: a) assistência social e segurança alimentar; b) saneamento básico; c) educação; e d) saúde. Em relação à assistência social e à segurança alimentar, foram analisados a proporção da população coberta pelo Programa Bolsa Família, a proporção de famílias inscritas no Cadastro Único e a segurança e insegurança alimentar.

Em relação ao saneamento básico, foram analisados o abastecimento de água, o serviço de esgotamento sanitário e a coleta de resíduos sólidos. A avaliação foi realizada por meio da comparação entre o Piauí, a Região Nordeste e o Brasil, além de se observar a evolução do Piauí ao longo dos anos.

No que diz respeito à educação, foram analisadas a escolaridade média, as taxas de analfabetismo, promoção, repetência e evasão nos Ensinos Fundamental e Médio, além da migração para a Educação de Jovens e Adultos (EJA) do Ensino Fundamental e Médio, o percentual da população com pelo menos o Ensino Fundamental completo, a distorção idade-série e o número de matrículas. Em relação à saúde, a análise abrangeu a expectativa de vida ao nascer, as taxas de mortalidade neonatal e materna, além da quantidade de estabelecimentos de saúde disponíveis.

O Capítulo 3 aborda o tema trabalho, emprego e renda, em que foram analisadas a ocupação e a desocupação, a formalidade e a informalidade, as pessoas ocupadas por grupamento de trabalho principal e os rendimentos, incluindo o valor médio e o coeficiente de Gini.

As informações apresentadas são provenientes de pesquisas do IBGE, incluindo o Censo Demográfico e a PNAD, além de dados do Ministério da Saúde (DATASUS) e do Ministério da Educação (INEP). Os dados referem-se a 2023 e são consolidados a partir de pesquisas que mensuram indicadores no Brasil. A PNAD, realizada pelo IBGE, fornece dados atualizados e confiáveis sobre diversos aspectos da sociedade brasileira, permitindo uma análise detalhada das características socioeconômicas em diferentes regiões do país.

A sistematização dos dados sociais do Piauí não apenas proporciona uma visão abrangente das condições de vida da população, mas também serve como um ponto de partida para reflexões e ações que visem ao aperfeiçoamento das políticas públicas. Por meio da análise desses indicadores, é possível identificar áreas prioritárias para intervenção e desenvolvimento, promovendo um futuro mais justo e igualitário para todos os cidadãos.

1 ASPECTOS DEMOGRÁFICOS: TERRITÓRIO E POPULAÇÃO PIAUIENSE

A análise do território e da população do Piauí transcende a simples contagem de habitantes e a medição da área. Esse estudo possibilita, entre outras observações, a identificação de aspectos importantes, como a densidade populacional e a distribuição demográfica em relação à idade, raça e sexo. Essas informações são importantes para a elaboração, gestão, monitoramento e avaliação de políticas públicas.

A dimensão de uma área geográfica vai além de suas medidas físicas, servindo como instrumento para o planejamento, definido como uma ferramenta intimamente relacionada ao espaço. Nesse cenário, o território exerce uma função fundamental na distribuição de recursos e serviços públicos, além de guiar a formulação de decisões políticas em diferentes níveis de governo.

As informações sobre o total da população e da área territorial foram coletadas nos resultados do Censo Demográfico de 2022. Os dados sobre a divisão da população por sexo e idade são oriundos do Censo Demográfico de 2022, já a cor ou raça da população foi consultada na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua) realizada trimestralmente.

Sobre o território piauiense, em particular a sua divisão política, a Superintendência CEPRO foi utilizada como referência, assim como os dados publicados pelo IBGE.

1.1 Área territorial

A área total do Piauí, segundo os estudos realizados, em 2022, pela Coordenação de Cartografia do IBGE, é equivalente a 25.175.548,5 hectares, onde 6.732,0 hectares são de faixas litorâneas (Tabela 1).

Tabela 1 – Área do estado do Piauí

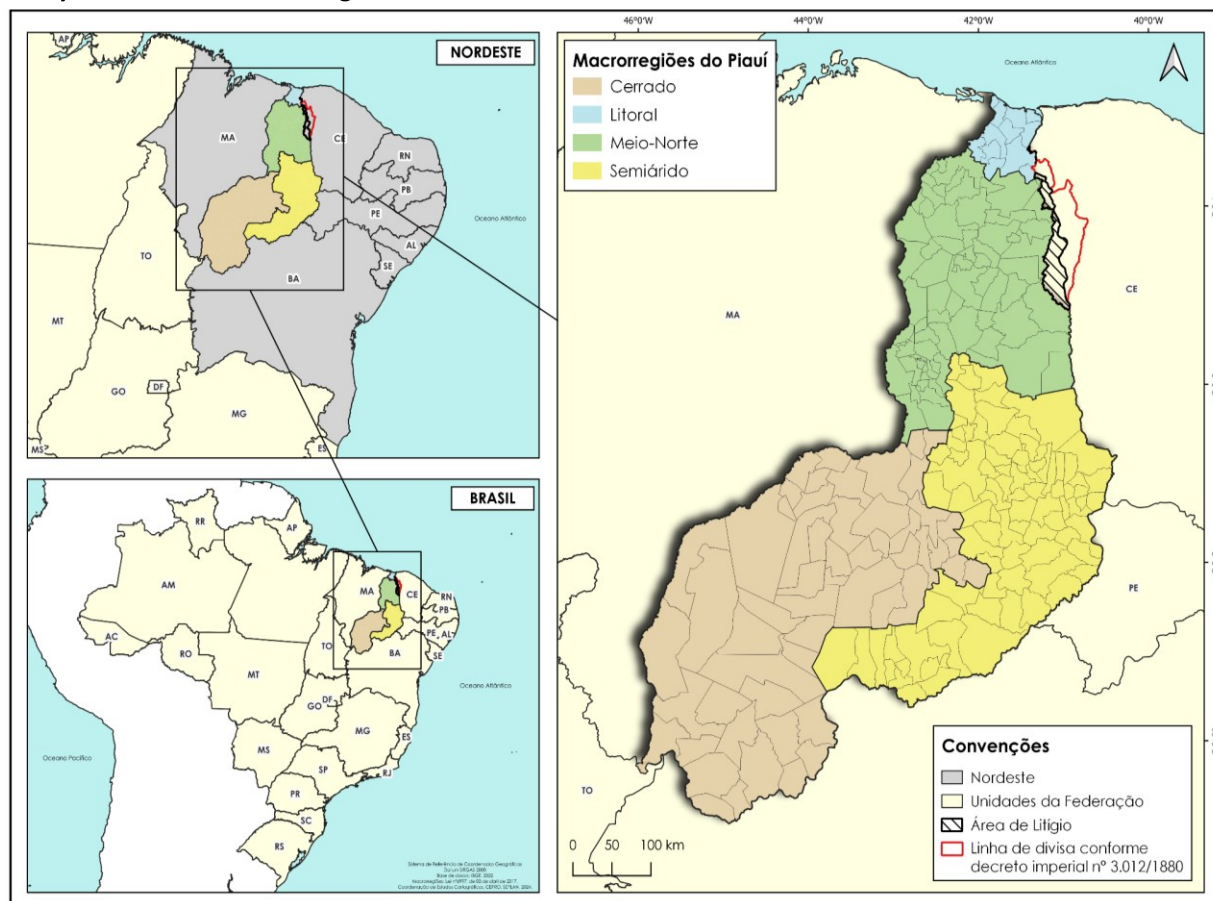
Discriminação	Área/Extensão (Km²)	Área/Extensão (Hectares)
Área Total	251.755,481	25.175.548,50
Faixa Litorânea	67,32	—

Fonte: IBGE (2022). Elaboração: Superintendência CEPRO/SEPLAN (2024).

1.2 Divisão política e regional

O Estado do Piauí é dividido em quatro macrorregiões: Cerrado, Litoral, Meio-Norte e Semiárido. Cada uma dessas macrorregiões possui características próprias e estão divididas de acordo com o Mapa 1. A divisão em macrorregiões é uma forma de organizar e compreender as diferentes características geográficas, socioeconômicas e culturais de uma determinada região.

Mapa 1 – Piauí Macrorregiões

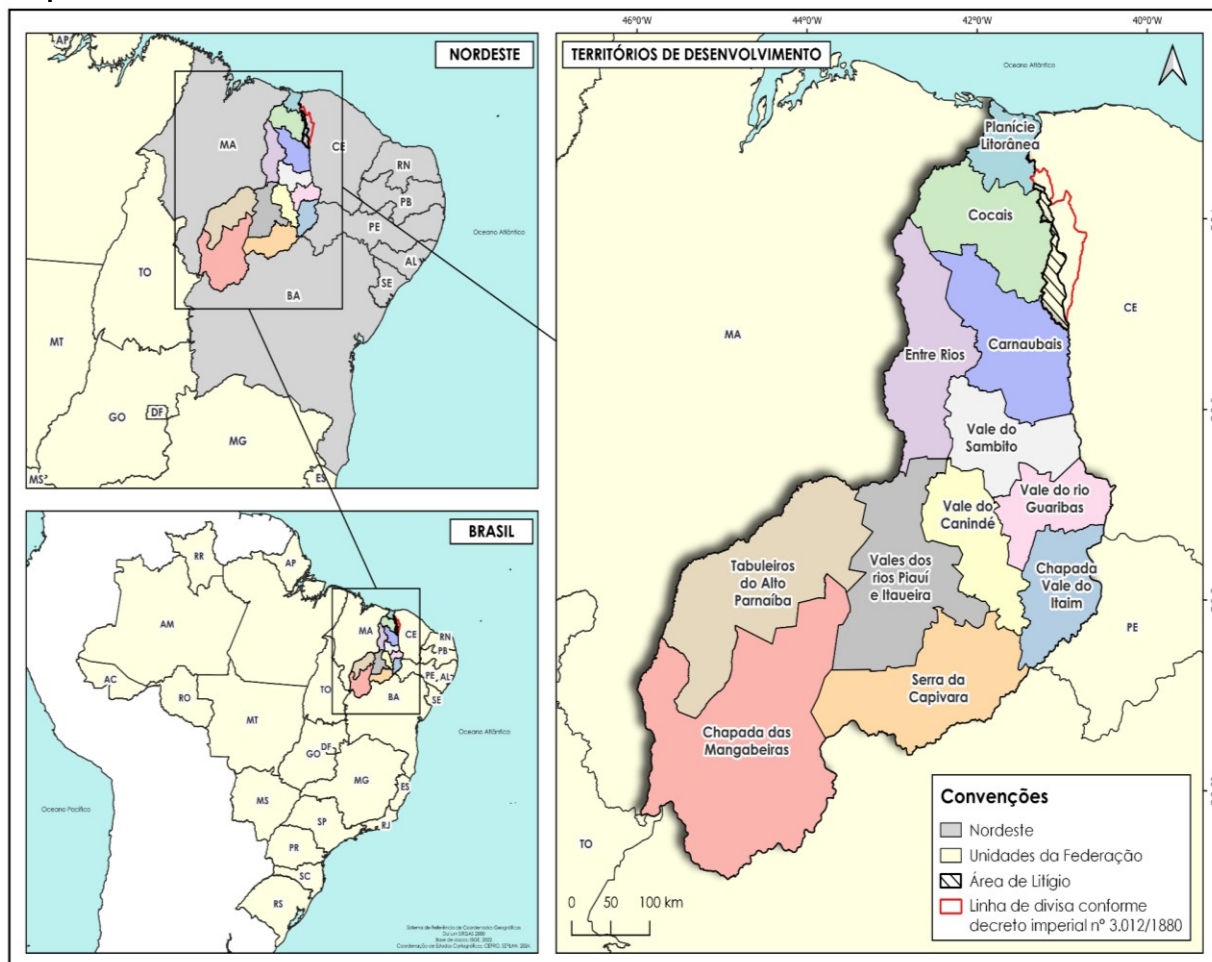


Fonte: Lei nº 6.997/2017. Elaboração: Superintendência CEPRO/SEPLAN-PI (2024).

Para fins de planejamento da ação governamental estadual, o Estado é organizado em 12 Territórios de Desenvolvimento (TDs), e estabelece o Planejamento Participativo Territorial para o Desenvolvimento Sustentável do estado do Piauí. No Mapa 2, observa-se a espacialização dos Territórios de Desenvolvimento (TD) no Estado do Piauí, evidenciando como o território foi subdividido para atender às especificidades regionais. Essa divisão busca promover uma distribuição mais equitativa dos recursos e facilitar a atuação do poder público, garantindo maior assertividade no planejamento e na implementação de políticas públicas eficazes.

Os TDs permitem identificar as particularidades econômicas, sociais e ambientais de cada região, possibilitando que as ações governamentais sejam direcionadas de forma estratégica para atender às demandas locais e promover o desenvolvimento sustentável em todas as áreas do Estado.

Mapa 2 – Piauí: Territórios de Desenvolvimento



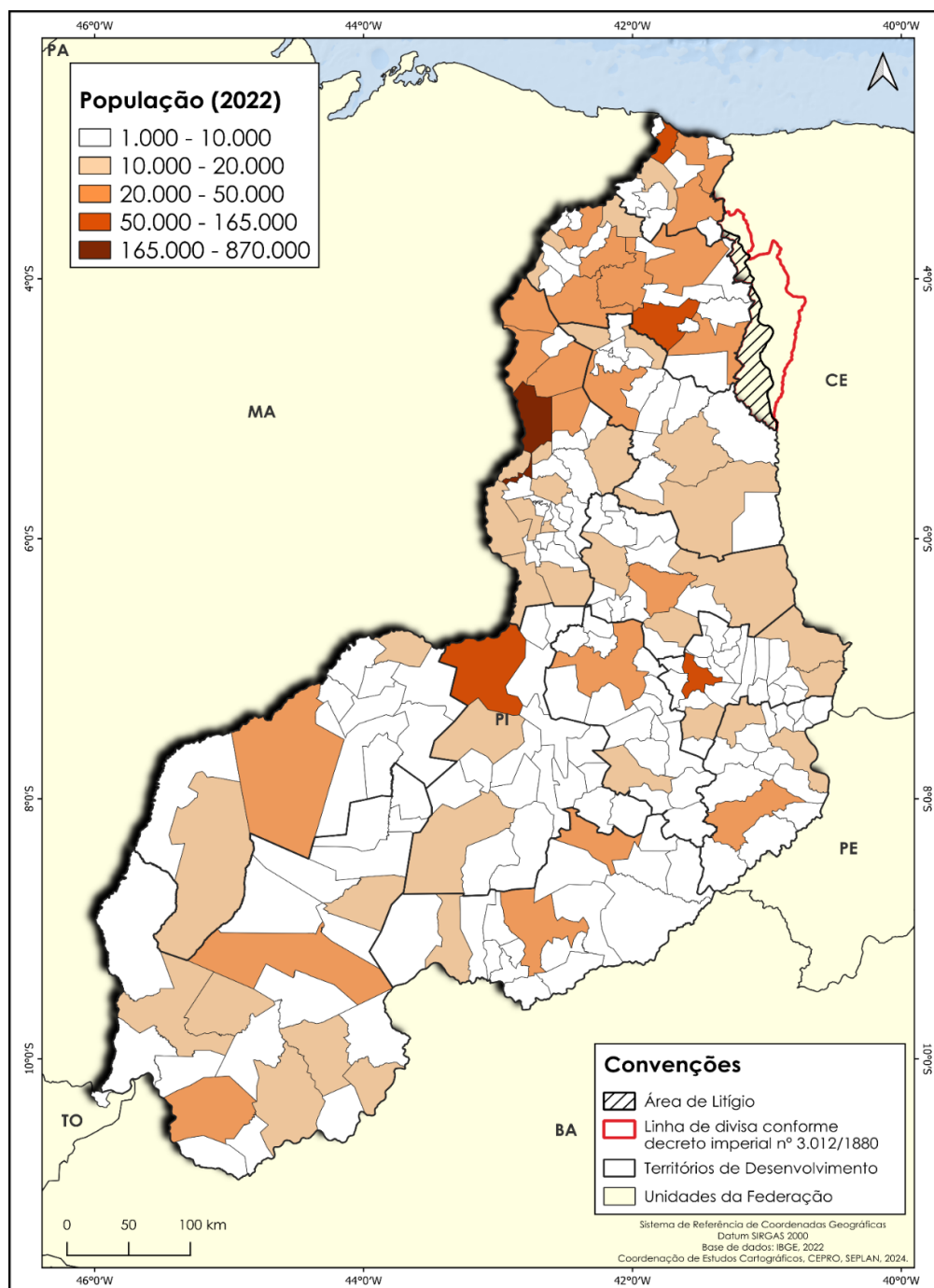
Fonte: Conforme a lei complementar nº 6.967/ 2017. Elaboração: Superintendência CEPRO/SEPLAN-PI (2024)

1.3 População residente

A população do Estado do Piauí, de acordo com o Censo de 2022, foi registrada em 3.271.199 habitantes (IBGE, 2022), representando 1,61% da população nacional. Para o ano de 2024, a estimativa é de 3.375.646 habitantes (IBGE, 2024). Esses números são fundamentais para a análise das transformações sociais e econômicas que o Estado vem experimentando, além de fornecerem subsídios essenciais para o planejamento e a implementação de políticas públicas voltadas ao bem-estar da população.

Ao analisar a distribuição da população (Mapa 3), observa-se uma característica marcante: a grande concentração populacional nas regiões urbanas, especialmente na capital, Teresina. A cidade abriga uma população de 866.300 habitantes, correspondendo a 26,48% da população total do Estado. Esse fenômeno é comum em muitos estados brasileiros, onde as capitais funcionam como polos de atração, concentrando atividades econômicas, políticas e de serviços.

Mapa 3 – Piauí: População Residente 2022

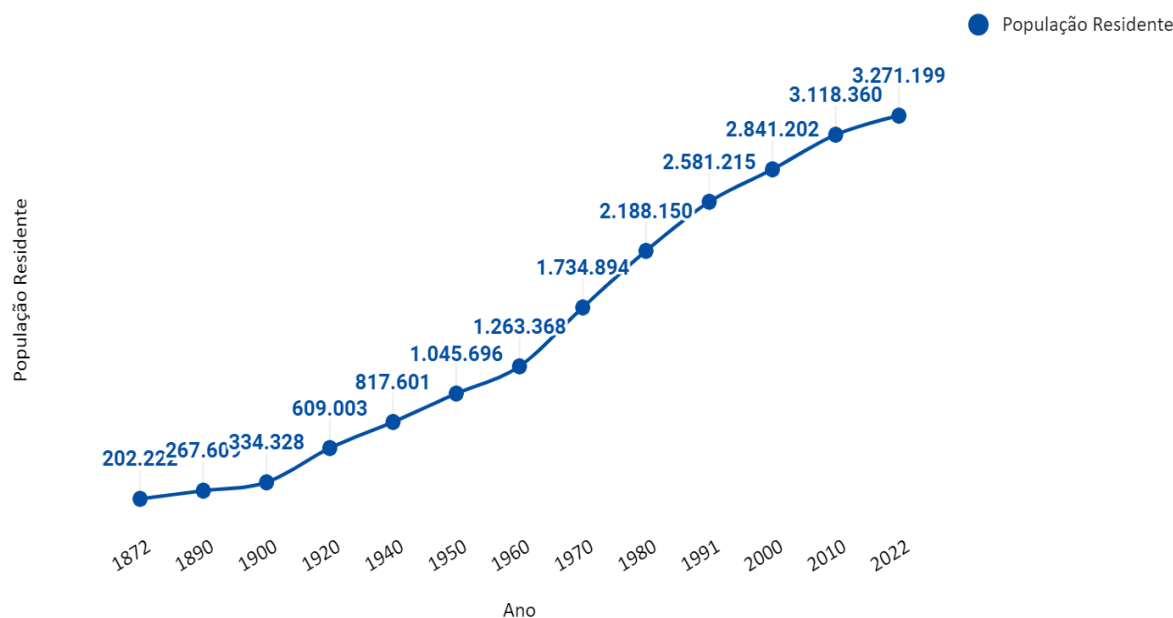


Fonte: IBGE- Censo Demográfico (2022). Elaboração Superintendência CEPRO (2024).

O Piauí ainda apresenta uma significativa ruralidade. Em 2022, cerca de 40% da população vivia em áreas rurais, o que aponta para uma dependência histórica da agricultura e atividades relacionadas ao campo. Esse dado também reflete a realidade de muitos municípios piauienses, onde as pequenas cidades ainda são muito representativas em termos de população, embora enfrentem desafios relacionados à infraestrutura, saúde e educação.

Outro dado relevante é o crescimento populacional do Piauí, que tem sido moderado, com taxas de crescimento mais baixas do que a média nacional. Isso pode ser atribuído a fatores como a redução da taxa de natalidade, migração para outros estados em busca de melhores oportunidades e a transição demográfica, em que a população jovem vai se tornando adulta, alterando o perfil etário da população (Gráfico 2).

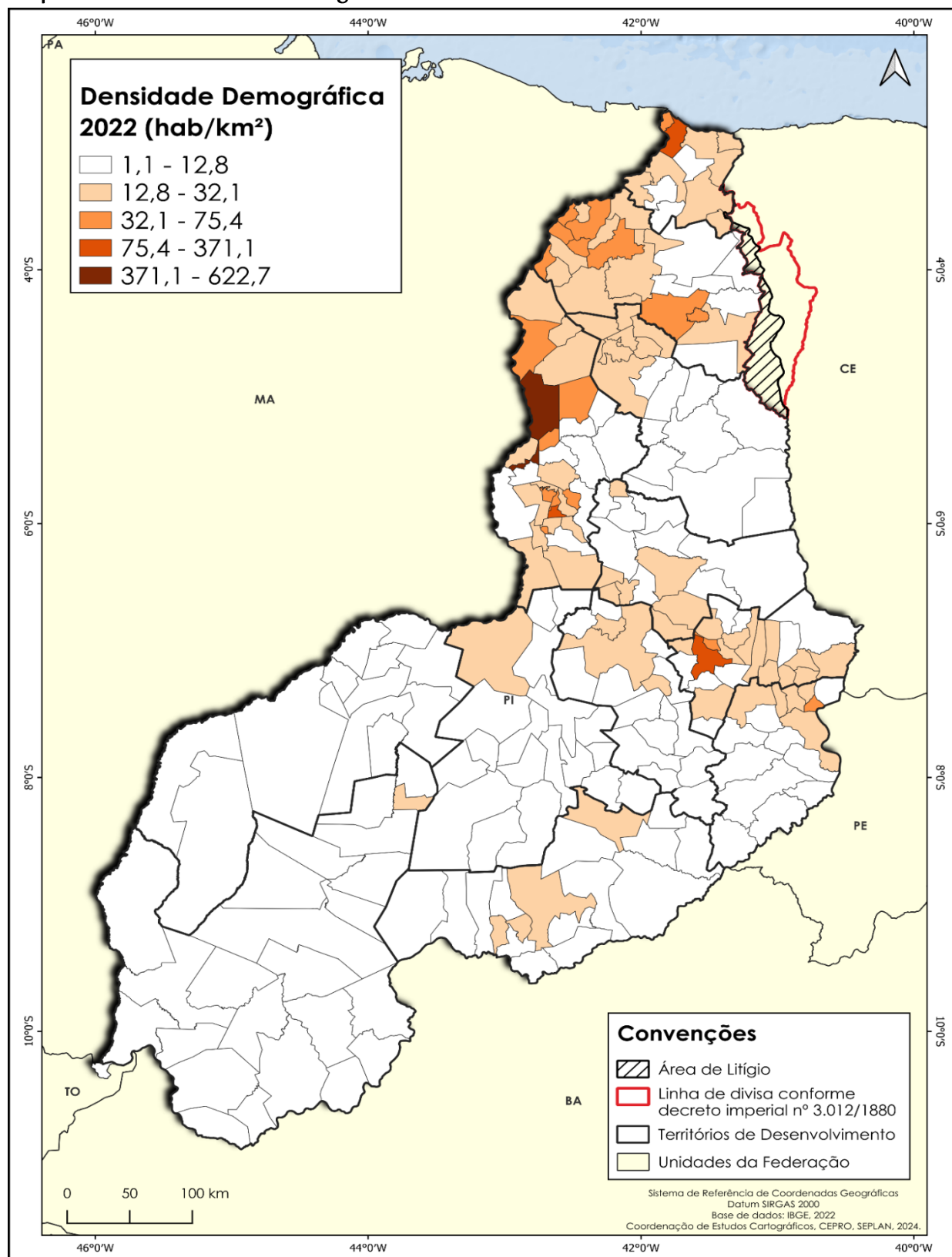
Gráfico 2 – Série histórica da população residente do estado do Piauí



Fonte: IBGE. Censo Demográfico (2022). Elaboração: Superintendência CEPRO/SEPLAN (2024).

A população pode ser observada levando em consideração a Área Territorial, isto é, a densidade demográfica (Mapa 4), um indicador que pode ser utilizado para a formulação de políticas públicas em diversas áreas, como saúde, educação, transporte, habitação, entre outras. Mediante a análise da densidade demográfica de uma região, é possível identificar a concentração populacional e as necessidades específicas daquela área. Por exemplo, as regiões com alta densidade demográfica requerem aplicação de maior investimento em políticas de transporte público e moradia popular, para garantir o acesso da população aos serviços essenciais. Já em regiões com baixa densidade demográfica, pode ser necessário investir em políticas de incentivo à fixação de população e desenvolvimento econômico.

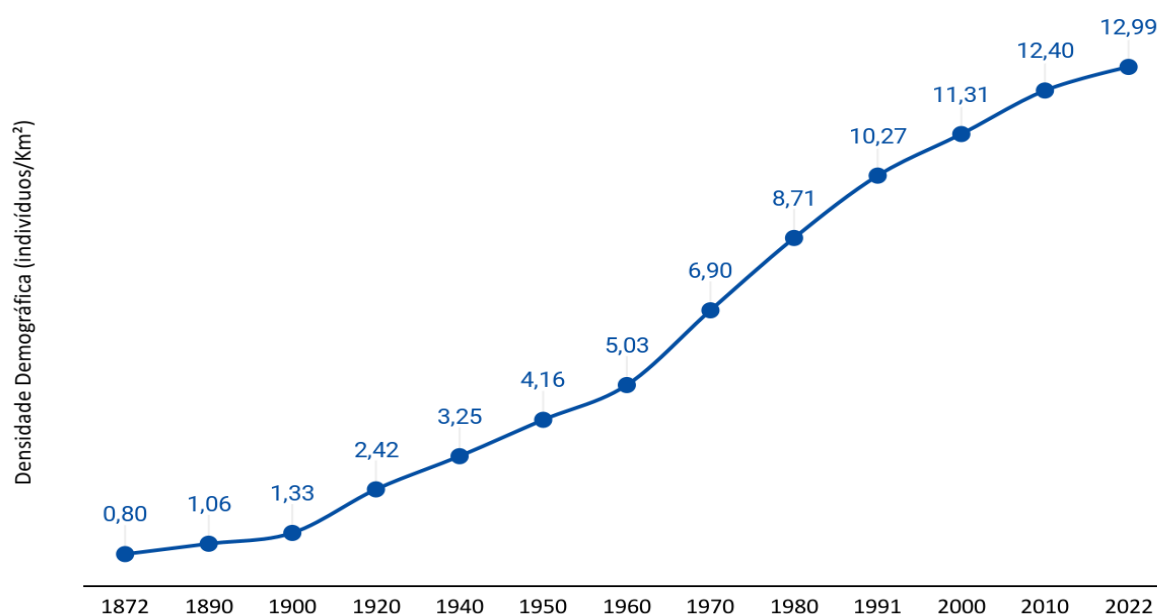
Mapa 4 – Piauí: Densidade Demográfica 2022



Fonte: IBGE- Censo Demográfico (2022). Elaboração Superintendência CEPRO (2024).

A densidade demográfica é um indicador resultante do número absoluto da população total dividido pelo território da unidade geográfica (município, estado ou país), em quilômetros quadrados. Comparativamente, entre os últimos Censos Demográficos, a densidade demográfica do estado do Piauí aumentou 0,59 pessoa por km², isto é, em 2010, a densidade do Estado era de 12,40 e, no Censo Demográfico de 2022, o IBGE identificou 12,99 pessoas por km². Com base nos dados do Censo, observa-se que os menores aumentos nas densidades demográficas ocorreram entre 1872 e 1890, e entre 2010 e 2022, com incrementos de 0,26 habitante por quilômetro quadrado e 0,59 habitante por quilômetro quadrado, respectivamente. De forma inversa, o maior aumento da densidade populacional foi verificado entre os Censos de 1970 e 1980, com 1,81 habitante por quilômetro quadrado. O Gráfico 3 apresenta o crescimento da densidade demográfica piauiense de 1872 a 2022.

Gráfico 3 - Série histórica da densidade demográfica do estado do Piauí



Fonte: IBGE. Censo Demográfico 2022. Elaboração: Superintendência CEPRO/SEPLAN (2024).

1.4 Distribuição da população por sexo e por cor ou raça

De acordo com a estimativa do IBGE, a população do Piauí, em 2022, era composta por 48,9% (1.600.602) de pessoas do sexo masculino e 51,1% (1.670.597) do sexo feminino. Os dados mostram que a população feminina é maior do que a masculina, seguindo as tendências regional e nacional (Tabela 2).

Tabela 2 – Composição da população do Piauí, de acordo com o sexo, em 2022

Nível Geográfico	População (Mil)			População (%)	
	Total	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres
Piauí	3.271	1.600	1.670	48,9	51,1
Nordeste	54.657	26.417	28.240	48,3	51,7
Brasil	203.080	98.532	104.548	48,5	51,5

Fonte: IBGE. Censo (2022). Elaboração: Superintendência CEPRO/SEPLAN (2024).

Em relação à cor ou raça, 21,3% (701.000) da população piauiense se considera branca, 10,7% (353.000) se considera preta e 67,7% (2.234.000) se considera parda. A proporção de pessoas brancas, pretas e pardas no Estado segue um padrão semelhante à Região Nordeste, porém é diferente da média encontrada em todo o país, conforme demonstra a Tabela 3.

Tabela 3 – Composição da população do Piauí, de acordo com a raça, em 2022

Nível Geográfico	População (Mil)				População (%)		
	Total	Branca	Preta	Parda	Branca	Preta	Parda
Piauí	3.298	701	353	2.234	21,3	10,7	67,7
Nordeste	57.903	14.529	7.751	35.017	25,1	13,4	60,5
Brasil	214.680	92.033	22.347	97.833	42,9	10,4	45,6

Fonte: PNADC/IBGE (trimestral 2022). Elaboração: Superintendência CEPRO/SEPLAN (2024).

1.5 Distribuição populacional por grupos de idade

No Piauí, 59,3% da população é composta por pessoas entre 18 e 59 anos e a faixa etária com menor percentual está entre 14 e 17 anos, enquanto a população entre 40 e 59 anos é o maior grupo populacional, nas três esferas geográficas (Tabela 4).

Tabela 4 – Composição da população do Piauí, de acordo com a idade, em 2022 (%)

Nível Geográfico	0 a 13 anos	14 a 17 anos	18 a 24 anos	25 a 39 anos	40 a 59 anos	60 anos ou mais	Total
Piauí	19,3	6,3	11	23	25,3	15,1	100
Nordeste	19,6	6,2	11	23,1	25,5	14,6	100
Brasil	18,4	5,6	10,5	23,2	26,5	15,8	100

Fonte: IBGE. Censo Demográfico (2022). Elaboração: Superintendência CEPRO/SEPLAN (2024).

O Piauí segue a mesma tendência da média da Região Nordeste e da nacional em relação à idade da sua população. Com base nas informações relativas à população piauiense, conclui-se que a maioria é de mulheres, a maior parte se autodeclara parda e se encontra na faixa etária de 25 a 59 anos.

2 CONDIÇÕES DE VIDA

A análise das condições de vida compreende os indicadores de assistência social e segurança alimentar, domicílios, saneamento básico, educação e saúde. A dimensão condições de vida inclui indicadores relacionados à assistência social e à segurança alimentar, como o acesso ao Programa Bolsa Família (PBF), a inscrição no Cadastro Único (CadÚnico) e a segurança alimentar. Para a população em situação de pobreza, o acesso a transferências de renda e à segurança alimentar é fundamental para melhorar a qualidade de vida em comparação à ausência dessas políticas.

Uma vida digna passa por uma condição de domicílio adequado. O termo "adequado" adquire aqui duas vertentes que se complementam. A primeira, refere-se a uma moradia que possa disponibilizar espaço e recursos para seus moradores, refletindo no número de moradores por domicílio. A segunda, diz respeito ao material de construção dos domicílios: quanto melhores forem os materiais de construção, melhor será a qualidade de vida dos residentes. Essas duas vertentes se complementam, isto é, quanto mais espaço e recursos os moradores tiverem e quanto melhores forem os materiais de construção dos domicílios, melhor será a qualidade de vida das pessoas.

A educação é um fator que possibilita um maior desenvolvimento. Neste ínterim, o nível de escolaridade é relevante, ou seja, quanto maior o nível de escolaridade da população, maior é a possibilidade de desenvolvimento. Porém, o aumento do nível de escolaridade deve ocorrer em paralelo com a crescente qualidade da educação. No Brasil, uma medida bastante utilizada para mensurar a qualidade educacional é o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB). O IDEB é calculado com base no desempenho dos estudantes em avaliações de aprendizagem, como a Prova Brasil e o Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB), combinado com dados de fluxo escolar (distorção idade-série e conclusão dos estudos no tempo adequado), como a taxa de aprovação dos alunos. Dessa forma, quanto mais anos de estudo a população tem e quanto maior for a qualidade da educação, melhores serão as condições de vida de uma determinada população.

A saúde é fundamental para proporcionar melhores condições de vida. Sem uma condição saudável, a população não terá oportunidades de alcançar um maior desenvolvimento, seja na esfera social ou econômica. Quanto mais saudável uma população, maior será a expectativa de vida ao nascer. Uma maior expectativa de vida ao nascer é um indicador-chave que reflete os avanços na área da saúde e na cobertura de serviços médicos. Isso se traduz em uma menor taxa de mortalidade infantil e materna, além de mais médicos e leitos por habitante, o que contribui para a longevidade mais saudável da população.

Ainda na perspectiva da saúde, uma boa cobertura do saneamento básico é fundamental para proporcionar uma melhor condição de vida para a população, incluindo o abastecimento de água e a cobertura de esgotamento sanitário, que incidem diretamente em indicadores de saúde e meio ambiente.

Para além das questões conceituais das condições de vida, a mensuração delas é realizada a partir da análise de indicadores que compreendem o domicílio, a educação, a saúde e o saneamento básico. A compreensão passa pela adoção da natureza quantitativa da metodologia, bem como pela descrição da frequência estatística como técnica de observação.

As análises referem-se aos indicadores piauienses, que são comparados com a realidade da Região Nordeste e do país. A metodologia comparativa serve para identificar o comportamento dos indicadores e avaliar a posição do estado do Piauí em relação à Região Nordeste e ao Brasil. Os anos analisados dependem tanto do tipo de indicador quanto da disponibilização dos dados nas bases de dados públicas, como o IBGE, Ministério da Saúde e o INEP.

Este capítulo é estruturado em quatro partes. A primeira aborda a assistência social com análises sobre o Programa Bolsa Família e a segurança e insegurança alimentar. A segunda foca no saneamento básico, examinando a população com abastecimento de água, esgotamento sanitário e coleta de resíduos sólidos. A terceira apresenta análises sobre educação, incluindo escolaridade média, taxa de analfabetismo, taxas de promoção, repetência e evasão no Ensino Fundamental e Médio, Ensino de Jovens e Adultos, população com Ensino Fundamental completo, distorção idade-série e matrículas. Por fim, a quarta parte trata da saúde, especificamente da expectativa de vida, mortalidade na infância, mortalidade neonatal, mortalidade materna e estabelecimentos de saúde.

2.1 Assistência Social e Segurança Alimentar

2.1.1 Programa Bolsa Família

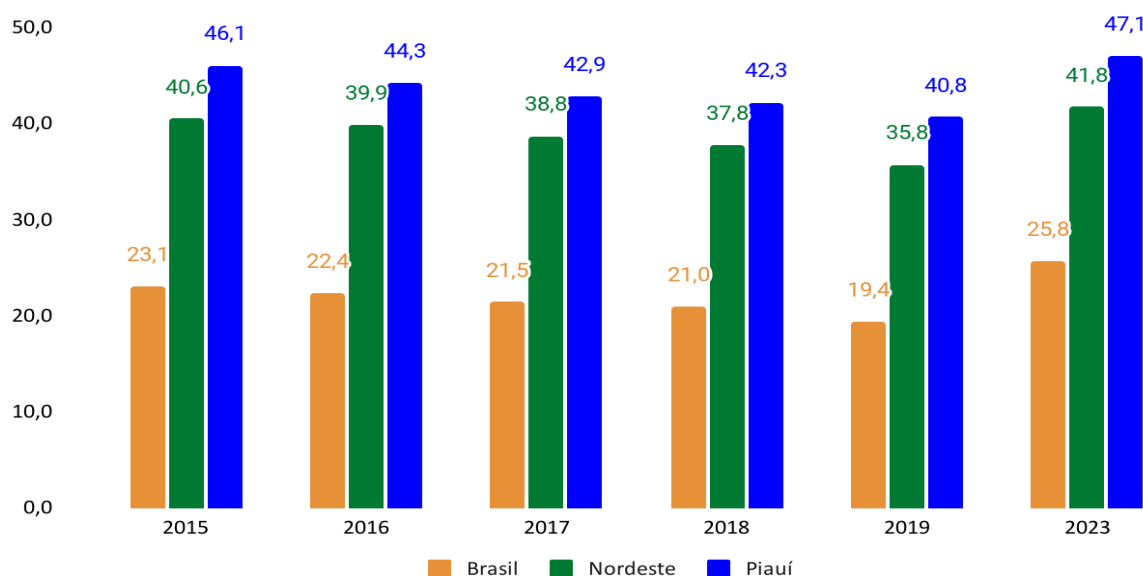
O Programa Bolsa Família (PBF) é o principal e maior programa de transferência de renda do Brasil, nesse sentido analisar sua cobertura e atendimento é importante no que se refere à situação de vulnerabilidade social e econômica da população.

A proporção da população coberta pelo Programa Bolsa Família (PBF) foi calculada dividindo-se o número total de beneficiários do programa pela população total. Em seguida, esse resultado foi

multiplicado por 100 para obter a porcentagem. As informações das pessoas beneficiárias do PBF foram coletadas no sistema da Secretaria de Avaliação, Gestão da Informação e Cadastro Único (SAGICAD) e o quantitativo da população foi extraído da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio Contínua (PNAD Contínua).

Entre os anos 2015 e 2019, houve uma diminuição no percentual que representa a proporção da população atendida pelo PBF no Piauí, decaindo 5,3 p.p. (Gráfico 4). No entanto, o último ano da série apresenta tendência diferente, isto é, passou de 40,8 % em 2019 para 47,1% em 2023, um aumento de 6,3 p.p. Sendo assim, entre o primeiro e o último ano da série observa-se um aumento de 1 p.p. na proporção de pessoas atendidas pelo PBF.

Gráfico 4 – Proporção da população coberta pelo Programa Bolsa Família - Piauí, Nordeste e Brasil (%)



Fonte: IBGE/PNAD (2015-2023); SAGICAD (2015-2023). Elaboração: Superintendência CEPRO/SEPLAN (2024).

Nota: Nos anos 2020, 2021 e 2022 o benefício foi substituído pelo Auxílio Emergencial, decorrente da pandemia Covid-19.

No que se refere à Região Nordeste, os percentuais observados, no Gráfico 4, são menores que os do Piauí levando em consideração todos os anos da série analisada. Seguindo a mesma tendência do Estado, observa-se uma diminuição do percentual entre os anos 2015 e 2019, com uma diferença de 4,8 p.p., com um aumento no último ano, sendo assim, em 2023 o percentual da proporção de famílias atendidas pelo PBF no Nordeste chegou a 41,8%, representando 6 p.p. a mais que o ano anterior e 1,2 p.p. a mais que o ano inicial da série.

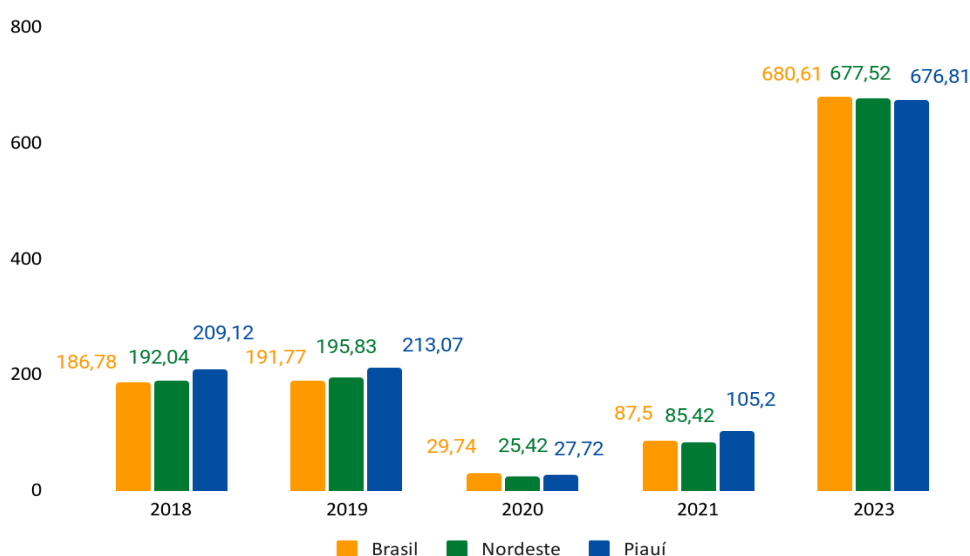
Comparativamente, o Brasil, dentre os três níveis territoriais analisados, é o que apresenta os menores percentuais, com diminuição entre os anos 2015 e 2019 e aumento no ano de 2023. Ainda que apresente os menores percentuais em relação à proporção de pessoas atendidas pelo PBF, observa-se que, de modo geral, o Brasil teve o maior aumento na série analisada, saindo de 23,1% para 25,8%, isto é, uma diferença de 2,7 p.p., de acordo com as informações do Gráfico 4.

2.1.2 Valor médio do benefício do programa Bolsa Família

O valor médio do benefício do Programa Bolsa Família (PBF) possui duas métricas. A primeira, válida para o período entre 2004 e outubro de 2021 (antigo programa)¹, resultava da média obtida pela divisão entre valores transferidos e famílias beneficiárias. Na segunda, a partir de março de 2023 (novo programa)², o cálculo exclui as famílias suspensas e é dado pela divisão dos valores transferidos pelo número de famílias beneficiárias que não estavam com o benefício suspenso.

No antigo programa, entre 2018 e 2021, os valores médios oscilaram entre R\$186,78 e R\$105,2 para o Piauí. Destaca-se o ano de 2020, que o então governo implementou o Auxílio Emergencial devido à Pandemia da COVID-19. No novo programa, no ano de 2023, os valores médios para o Brasil, a Região Nordeste e o Piauí apresentaram um grande aumento, registrando respectivamente os seguintes valores: R\$680,61, R\$677,52 e R\$676,81 (Gráfico 5).

Gráfico 5 – Valores médios dos benefícios do PBF, Brasil, Nordeste e Piauí (2018-2021; 2023) (R\$)



Fonte: SAGICAD (2018-2023). Elaboração: Superintendência CEPRO/SEPLAN (2024).

Nota: Nos anos 2020, 2021 e 2022 o benefício foi substituído pelo auxílio emergencial, decorrente da pandemia Covid-19.

¹ O PBF (antigo programa) foi revogado pela Medida Provisória nº 1.061, de 9 de agosto de 2021.

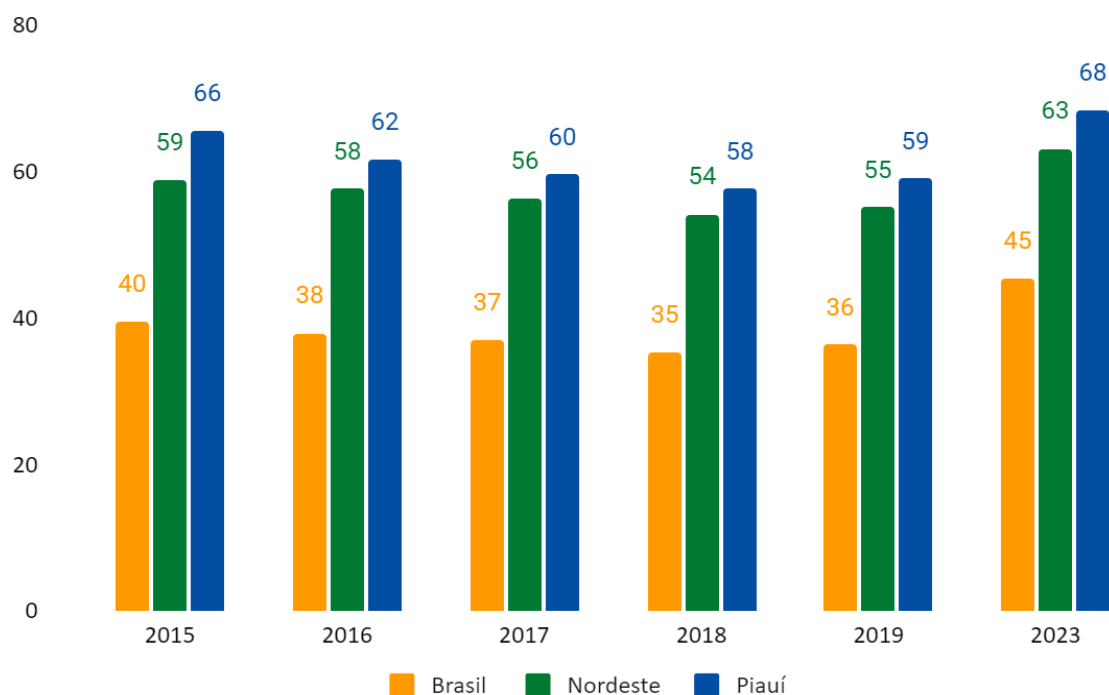
² O PBF (novo programa) foi instituído inicialmente pela Medida Provisória nº 1.164, de 2 de março de 2023. E posteriormente transformada em lei, por meio da Lei nº 14.601, de 19 de junho de 2023.

2.1.3 Proporção de famílias inscritas no CadÚnico

A proporção da população coberta pelo Cadastro Único foi calculada dividindo-se o número total das pessoas inscritas no CadÚnico pela população total. Em seguida, esse resultado foi multiplicado por 100 para obter a porcentagem. As informações das pessoas inscritas no CadÚnico foram coletadas no sistema da Secretaria de Avaliação, Gestão da Informação e Cadastro Único (SAGICAD) e o quantitativo da população foi extraído da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio Contínua (PNAD Contínua).

O período analisado é o mesmo utilizado para avaliar a cobertura do Programa Bolsa Família (PBF), permitindo observar a proporção da população que não recebe o benefício, mas está inscrita no Cadastro Único (CadÚnico). Para a análise, o primeiro passo foi identificar a cobertura do CadÚnico em relação à população total. Entre 2015 e 2019, houve uma queda na proporção no Piauí, no Nordeste e no Brasil. No entanto, em 2023, essa proporção superou o maior índice registrado na série, que foi em 2015, alcançando 68% da população do Piauí, 63% da população do Nordeste e 45% da população brasileira (Gráfico 6).

Gráfico 6 – Proporção de famílias inscritas no CadÚnico, Piauí, Nordeste e Brasil (2015-2023) (%)



Fonte: SAGICAD (2018-2023). Elaboração: Superintendência CEPRO/SEPLAN (2024).

O segundo passo consiste em comparar os Gráficos 4 e 6, em que se observa que, nos três níveis territoriais analisados (Brasil, Nordeste e Piauí), nem toda a população inscrita no CadÚnico é beneficiária do Programa Bolsa Família (PBF). É importante destacar que o público-alvo do CadÚnico é formado por famílias de baixa renda, definidas como aquelas com renda de até meio salário mínimo de renda familiar per capita. Essas famílias podem se cadastrar, assim como aquelas com renda superior, desde que o cadastramento esteja vinculado à inclusão ou acompanhamento de programas sociais nas três esferas de governo. Por outro lado, o público-alvo do PBF são as famílias cuja renda mensal por pessoa é de até R\$218 (duzentos e dezoito reais). Isso significa que a renda total gerada por todos os membros da família, dividida pelo número de pessoas, deve ser, no máximo, R\$218. Se a renda mensal por pessoa atender a esse critério, a família é elegível para o programa.

2.1.4 Segurança alimentar

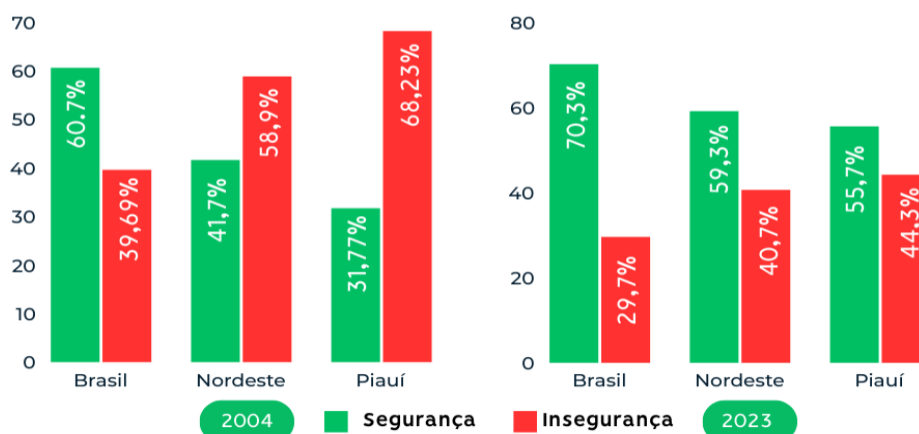
De acordo com os estudos do IBGE, a análise da segurança alimentar é categorizada em dois grupos principais no que diz respeito à situação alimentar das famílias: segurança alimentar e insegurança alimentar. Dentro da categoria de insegurança alimentar, existem três subcategorias: leve, moderada e grave. A segurança alimentar é alcançada quando uma família dispõe de acesso contínuo a alimentos em quantidade suficiente para satisfazer as necessidades nutricionais de todos os seus membros, sem prejudicar o atendimento de outras necessidades básicas (IBGE, 2024).

A insegurança alimentar leve é caracterizada pela incerteza sobre a continuidade do acesso aos alimentos no futuro, e pode envolver a escolha de alimentos de qualidade inferior para evitar a redução da quantidade disponível. Já a insegurança alimentar moderada ocorre quando há uma redução na quantidade de alimentos consumidos, principalmente pelos adultos, afetando os padrões habituais de alimentação. No nível mais grave, a insegurança alimentar impacta diretamente as crianças da família, podendo chegar à fome, definida como a ausência total de alimentação durante um dia inteiro devido à falta de recursos financeiros para comprar comida (IBGE, 2024).

Para analisar a segurança/insegurança alimentar, foram utilizadas duas pesquisas editadas pelo IBGE, duas que mencionam dados em nível estadual, são a PNAD dos anos 2004 e 2023. Em 2004, o Piauí enfrentava uma grave situação de insegurança alimentar, com 68,23% da sua população nessa condição. Esse percentual era significativamente maior do que o do Brasil (39,69%) e do Nordeste (58,9%). O Estado se destacava por ter um dos maiores índices de insegurança alimentar, evidenciando um desafio considerável para garantir o acesso a alimentos suficientes e nutritivos. Apenas 31,77% da

população do Piauí estava em situação de segurança alimentar, bem abaixo das médias nacional (60,7%) e regional (41,7%) (Gráfico 7).

Gráfico 7 – Segurança Alimentar: Brasil, Nordeste e Piauí (2004 e 2023)



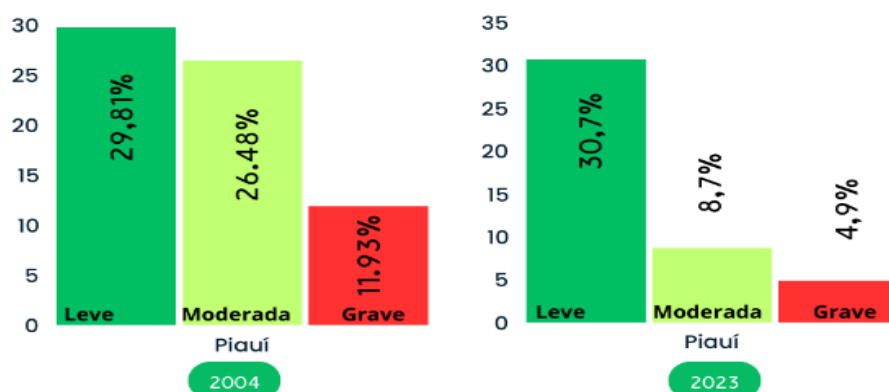
Fonte: IBGE (2004; 2023). Elaboração: Superintendência CEPRO/SEPLAN (2024).

Em 2023, a taxa de segurança alimentar no Piauí alcançou 55,7%, enquanto a insegurança alimentar caiu para 44,3%. Apesar de esses números ainda estarem acima da média nacional de insegurança alimentar (29,7%) e da média do Nordeste (40,7%), a melhoria é significativa. Nos últimos 19 anos, o Piauí conseguiu inverter as taxas de segurança alimentar; em 2004, a insegurança alimentar era superior à segurança alimentar no Estado. Em 2023, a situação mudou consideravelmente, com a segurança alimentar se tornando a condição predominante (Gráfico 7).

Comparativamente, tanto o Brasil quanto o Nordeste também apresentaram melhorias em suas taxas de segurança alimentar. No Brasil, a segurança alimentar aumentou para 70,3%, enquanto a insegurança alimentar caiu para 29,7%. No Nordeste, a segurança alimentar atingiu 59,3%, com a insegurança alimentar reduzida para 40,7%. Embora o Piauí ainda enfrente desafios, o Estado registrou o maior aumento em termos de pontos percentuais na segurança alimentar, com um crescimento de aproximadamente 24 pontos percentuais. Isso indica uma tendência de melhoria mais acentuada em relação às médias regional e nacional (Gráfico 7).

A análise dos dados sobre insegurança alimentar no Piauí entre 2004 e 2023 revela mudanças significativas nas três categorias de insegurança: leve, moderada e grave. Em 2004, a insegurança alimentar leve afetava 29,81% da população, enquanto em 2023 esse número subiu levemente para 30,7%. Esse aumento sugere que, embora as situações mais críticas de insegurança alimentar (moderada e grave) tenham sido atenuadas, ainda existem preocupações menores relacionadas à disponibilidade futura de alimentos (Gráfico 8).

Gráfico 8 – Insegurança alimentar: leve, moderada e grave no Piauí (2004 e 2023)



Fonte: IBGE (2004; 2023). Elaboração: Superintendência CEPRO/SEPLAN (2024).

Por outro lado, houve uma redução significativa na insegurança alimentar moderada e grave. A insegurança alimentar moderada caiu de 26,48%, em 2004, para apenas 8,7% em 2023, indicando uma melhoria considerável na qualidade e na quantidade de alimentos consumidos pelas famílias. Além disso, a insegurança alimentar grave, que reflete situações em que a falta de alimentos leva à fome, diminuiu de 11,93% para 4,9% no mesmo período. Essa redução é especialmente relevante, pois demonstra uma diminuição nos casos mais extremos de privação alimentar (Gráfico 8).

2.2 Saneamento básico

O saneamento básico é um conjunto de serviços e infraestruturas essenciais para a promoção da saúde pública e a melhoria da qualidade de vida da população. Ele abrange o abastecimento de água, que inclui a captação, tratamento e distribuição de água potável. Além disso, envolve o esgotamento sanitário, que se refere à coleta, tratamento e disposição final de esgoto, visando à proteção da saúde e do meio ambiente. Outro componente importante é a limpeza urbana, que compreende a coleta, transporte e destinação adequada de resíduos sólidos, incluindo o lixo urbano. Por fim, a drenagem de águas pluviais diz respeito ao sistema de escoamento das águas da chuva, prevenindo alagamentos e danos à infraestrutura. Esses elementos são fundamentais para a prevenção de doenças e para a promoção de um ambiente saudável (IBGE, 2020).

O saneamento básico é representado por abastecimento de água nos domicílios, cobertura de esgoto sanitário, esgotamento tratado e gerado e resíduos sólidos, pois é importante para a saúde e o bem-estar das pessoas. O acesso à água potável é essencial para a sobrevivência e para a prevenção de doenças, além de ser fundamental para a higiene pessoal e doméstica.

O esgoto sanitário é uma fonte de contaminação e pode transmitir diversas doenças, por isso é importante que haja uma rede de esgoto sanitário adequada para coletar e tratar os resíduos humanos, evitando a contaminação do meio ambiente e a propagação de doenças, a exemplo das transmitidas pela água. Além disso, o saneamento básico é um direito humano reconhecido pela Organização das Nações Unidas (ONU) e é um importante indicador de qualidade de vida e desenvolvimento social.

O esgoto gerado e tratado é um dos principais indicadores de saneamento básico, responsável pela coleta, transporte e tratamento adequado dos resíduos líquidos. Esse serviço é essencial para evitar a contaminação de solos e rios, além de prevenir doenças relacionadas à água. Sua ampliação é fundamental para a saúde e o bem-estar da população.

O último indicador analisado foi a coleta direta por resíduos sólidos, que se refere ao serviço de recolhimento diretamente. Esse processo é fundamental para garantir que o lixo seja destinado corretamente. A coleta direta, quando realizada de forma eficiente, contribui para a limpeza urbana e o manejo sustentável dos resíduos, além de ser um passo essencial na cadeia de tratamento e destinação final adequada.

As informações sobre os indicadores de saneamento básico são essenciais para que os gestores públicos possam tomar decisões assertivas. Esses dados ajudam na implementação, gestão, monitoramento e avaliação de políticas públicas, com o objetivo de melhorar o sistema de saneamento. As informações utilizadas neste estudo são do Ministério das Cidades e do Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento (SNIS), abrangendo o período de 2010 a 2022.

2.2.1 Abastecimento de água

O abastecimento de água, de acordo com o Sistema Nacional de Informações sobre o Saneamento (SNIS), refere-se à cobertura da rede de água potável. Em 2010, o Piauí tinha 64,9% da sua população com acesso ao abastecimento de água. Embora esse percentual seja inferior à média nacional de 81,10%, ele se destaca positivamente quando comparado à média do Nordeste, que foi de 68,10%. Isso indica uma tendência de melhoria no acesso à água no Estado, especialmente em relação a outros estados da região.

Nos 12 anos seguintes, o Piauí avançou na cobertura do abastecimento de água, alcançando 72,8% em 2022. Apesar desse progresso significativo, o Estado ainda está abaixo das médias regionais e nacionais, com o Nordeste atingindo 76,9% e o Brasil 84,9%. Isso significa que, embora tenha havido

uma ampliação na cobertura, o crescimento do Piauí foi inferior à média da região Nordeste. Esses dados estão apresentados na Tabela 5.

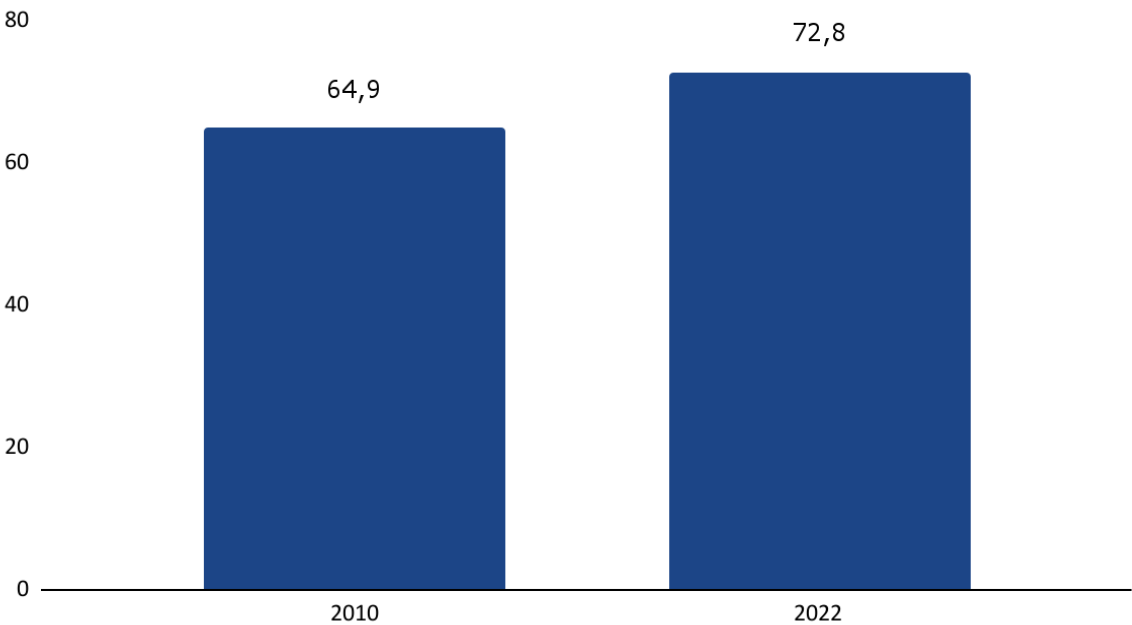
Tabela 5 – População atendida com abastecimento de água (%) Piauí, Nordeste, Brasil (2010 e 2022)

Nível Geográfico	2010	2022
Piauí	64,9	72,8
Nordeste	68,1	76,9
Brasil	81,1	84,9

Fonte: Ministério das Cidades (2022). Elaboração: Superintendência CEPRO/SEPLAN (2024).

No Gráfico 9, observa-se o percentual da população do Piauí atendida pelo serviço de abastecimento de água. Os resultados mostram um aumento nos anos 2010 e 2022, passando de 64,9% no início do período analisado para 72,8% ao final do período em análise.

Gráfico 9 – Percentual da população com atendimento de água no Piauí



Fonte: Ministério das Cidades (2022). Elaboração: Superintendência CEPRO/SEPLAN (2024).

2.2.2 Serviço de esgotamento sanitário

Em 2010, o percentual da população atendida com rede de esgoto no Piauí era de apenas 5,5%, enquanto a média nacional era de 46,2% e a do Nordeste de 19,6%. No Piauí, em 2022, houve uma

evolução significativa, com a cobertura subindo para 19,4%. No entanto, o Estado ainda se mantém abaixo das médias do Nordeste com 31,4% e do Brasil com 56% (Tabela 6).

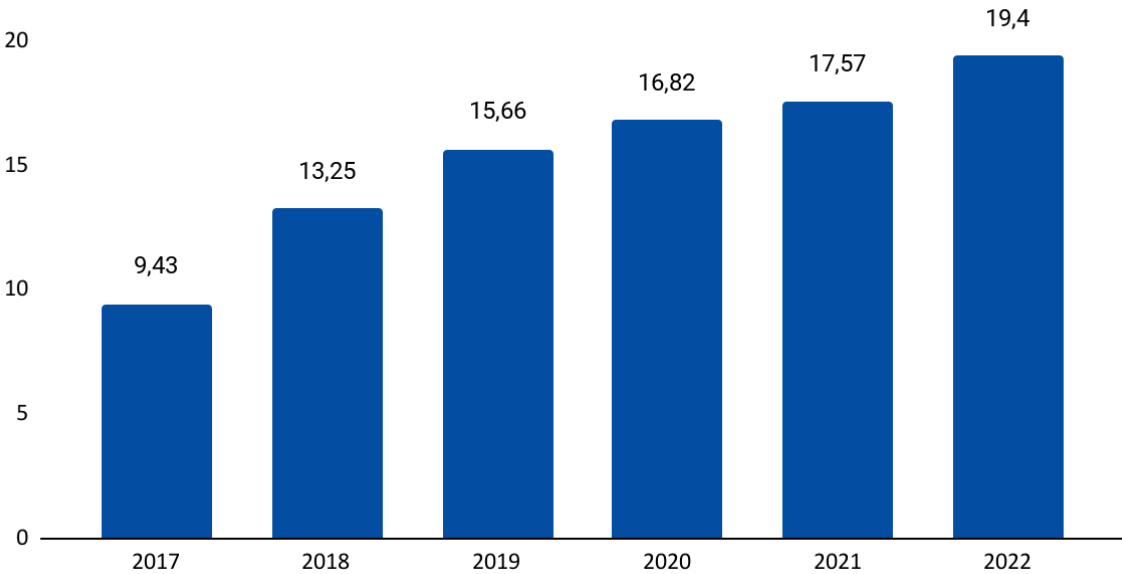
Tabela 6 – População atendida com rede de esgoto (%) Piauí, Nordeste e Brasil (2010 e 2022)

Nível Geográfico	2010	2022
Piauí	5,5	19,4
Nordeste	19,6	31,4
Brasil	46,2	56

Fonte: SNIS. Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento. Elaboração: Superintendência CEPRO/SEPLAN (2024).

O Gráfico 10 apresenta o percentual de cobertura do serviço de esgotamento sanitário no Piauí. Em 2017, 9,43% da população tinha acesso a esse serviço, enquanto em 2022, último ano da série analisada, o índice alcançou 19,4%. Esses dados indicam que a cobertura do serviço de esgotamento sanitário no Estado aponta sucessivos progressos ano a ano.

Gráfico 10 – Percentual da população atendida com esgotamento sanitário



Fonte: SNIS. Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento (2022). Elaboração: Superintendência CEPRO/SEPLAN (2024).

Os dados obtidos por meio do Ministério das Cidades registram a evolução na cobertura de esgoto no Piauí. Em 2010, apenas 7% da população do Estado tinha acesso a esgoto coletado e tratado, um percentual significativamente inferior às médias do Nordeste (32%) e do Brasil (37,8%).

Entretanto, na última série analisada em 2022, o Piauí apresentou uma melhoria expressiva, alcançando 18,8% da população atendida com tratamento de esgoto. No mesmo período, o Nordeste atingiu uma cobertura de 34,3%, enquanto o Brasil registrou um crescimento mais robusto, chegando a 52,2%, conforme ilustrado na Tabela 7. Os dados demonstram que o Piauí aumentou a sua cobertura em 168,57%, enquanto o Nordeste e o Brasil aumentaram, respectivamente, 7,19% e 38,1%.

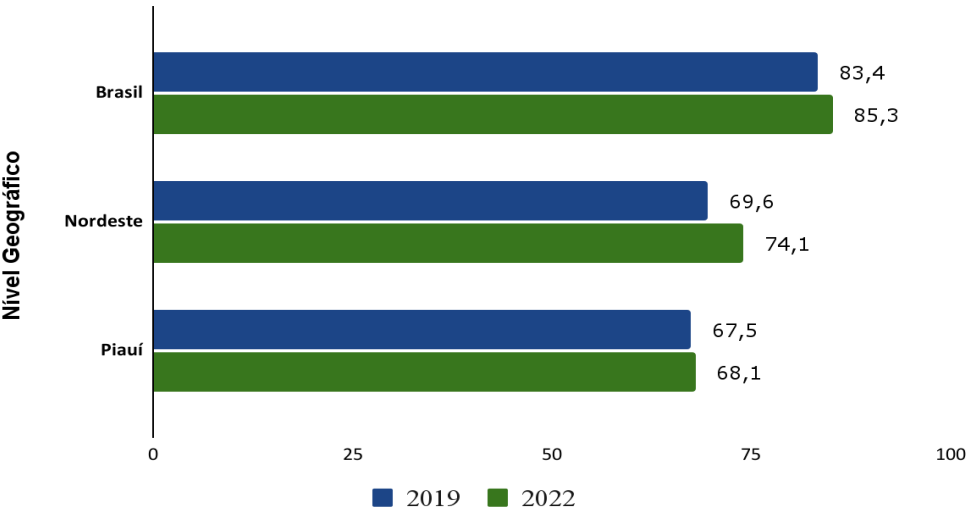
Tabela 7 – Percentual do esgoto gerado e tratado (%) Piauí, Nordeste e Brasil (2010 e 2022)

Nível Geográfico	2010	2022
Piauí	7	18,8
Nordeste	32	34,3
Brasil	32,8	52,2

Fonte: Ministério das Cidades (2022). Elaboração: Superintendência CEPRO/SEPLAN (2024).

Analisando os percentuais em nível geográfico, o estado do Piauí teve um aumento na coleta direta de resíduos. No ano de 2019, a população atendida era 67,5%, enquanto em 2022, último ano, apresentou um aumento, passando para 68,1%, conforme ilustrado no Gráfico 11.

Gráfico 11 – Percentual de coleta direta de resíduos sólidos, Piauí, Nordeste e Brasil (2019 e 2022)



Fonte: SNIS, Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento. Elaboração: Superintendência CEPRO/SEPLAN (2024).

2.3 Educação

A educação é um direito fundamental e um fator essencial para o desenvolvimento social e econômico do país, com influência direta nas condições de vida das pessoas e da sociedade como um todo, proporcionando melhores oportunidades de trabalho, um maior rendimento e um pensamento crítico, além de impactar na saúde, segurança e qualidade de vida. A falta de acesso à educação ou uma educação precária pode limitar as oportunidades e restringir a capacidade de desenvolvimento.

Em termos de indicadores, aqui serão tratados: escolaridade média, taxa de analfabetismo, taxa de promoção, taxa de repetência, taxa de evasão, taxa de migração para EJA, percentual da população com pelo menos Ensino Fundamental, distorção idade-série e número de matrículas.

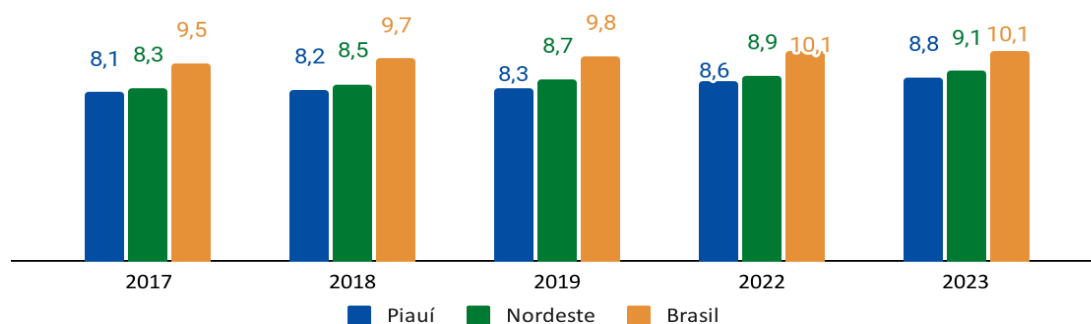
As informações utilizadas foram obtidas por meio do Censo da Educação, conduzido pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (INEP), e da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNADC), realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). O Censo da Educação é um levantamento periódico que visa fornecer dados abrangentes sobre a situação educacional no país. Por sua vez, a PNADC tem como foco principal a coleta de informações relacionadas ao mercado de trabalho e às características demográficas, mas também inclui perguntas suplementares sobre educação. É importante ressaltar que ambas as pesquisas são realizadas regularmente, sendo o Censo da Educação conduzido pelo INEP e a PNAD Contínua, que aborda o tema da educação, realizado pelo IBGE no segundo trimestre de cada ano.

2.3.1 Escolaridade média

O número médio de anos de estudo é responsável por expressar a escolaridade média da população com mais de 10 anos de idade, podendo ser calculado por grupo de idade, segundo o INEP (2004).

De acordo com dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (IBGE), entre 2017 e 2023, o Piauí apresentou um aumento no número médio de anos de estudo das pessoas com 15 anos ou mais, passando de 8,1 para 8,8 anos. Essa tendência de crescimento também foi observada na região Nordeste, onde a média subiu de 8,3 para 9,1 anos, e no Brasil, que teve um aumento de 9,5 para 10,1 anos. Embora o Piauí tenha avançado, ainda está abaixo das médias nacional e nordestina (Gráfico 12). Entre 2017 e 2023, o número de anos de estudo no Piauí aumentou em 8,64%, superando o Brasil, que teve um aumento de 6,32%. No entanto, esse crescimento foi inferior ao da Região Nordeste, que registrou um aumento de 9,64%.

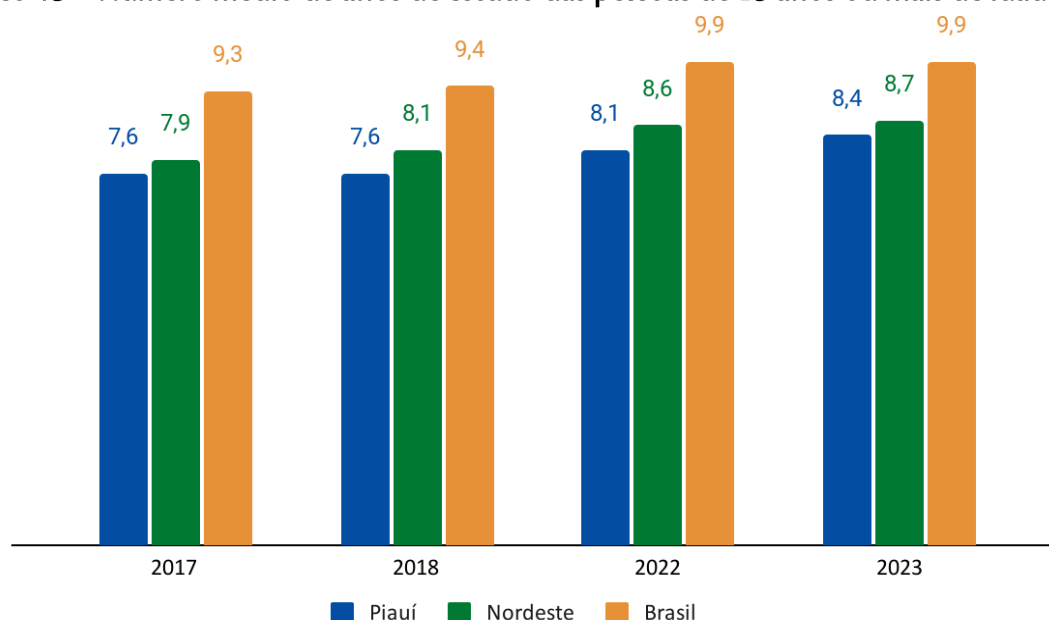
Gráfico 12 – Número médio de anos de estudo das pessoas de 15 anos ou mais de idade



Fonte: PNADC/IBGE- 2º trimestre (2023). Elaboração: Superintendência CEPRO/SEPLAN (2024)

Em relação ao número médio de anos de estudo das pessoas com 25 anos ou mais, o Piauí apresentou uma tendência de crescimento entre 2017 e 2023. O valor subiu de 7,6 anos em 2017 para 8,4 anos em 2023. A mesma tendência foi observada na Região Nordeste e no Brasil, que, em 2023, apresentaram médias de 8,7 e 9,9 anos, respectivamente (Gráfico 13). No Piauí, esse indicador aumentou em 10,53% durante o período, superando os aumentos do Nordeste e do Brasil, que foram de 10,13% e 6,45%, respectivamente.

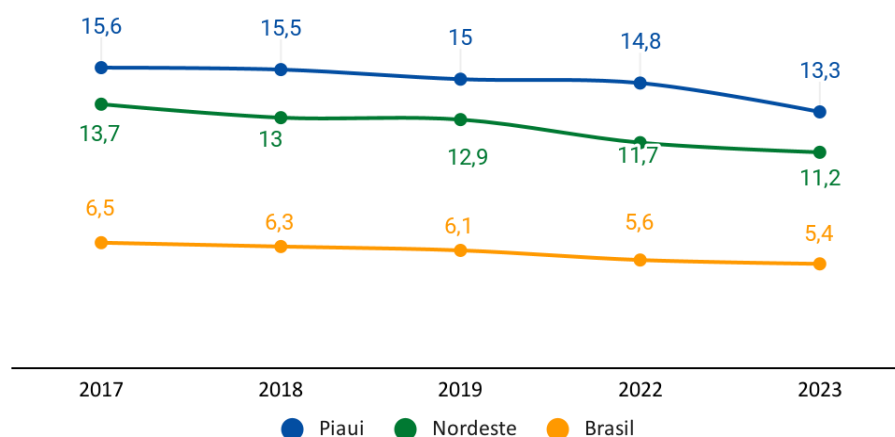
Gráfico 13 – Número médio de anos de estudo das pessoas de 25 anos ou mais de idade



Fonte: PNADC/IBGE - 2º trimestre (2023). **Elaboração:** Superintendência CEPRO/SEPLAN (2024).

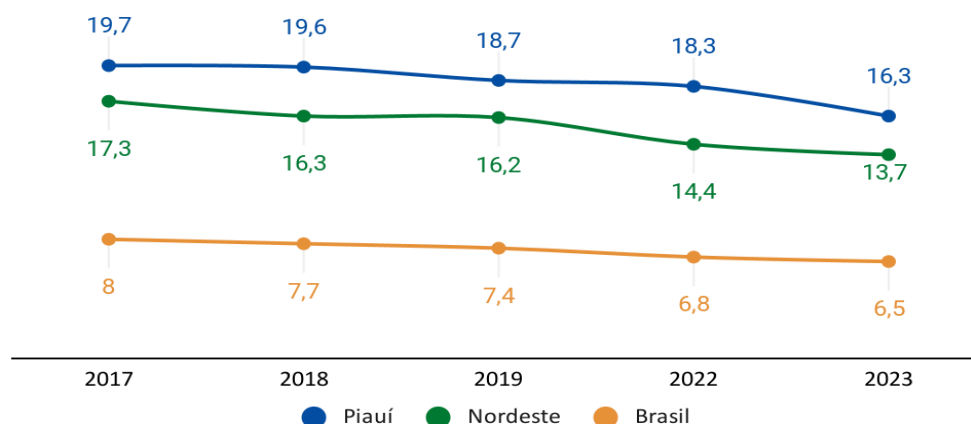
2.3.2 Taxa de analfabetismo

A taxa de analfabetismo é o percentual de pessoas que não sabem ler e escrever pelo menos um bilhete simples no idioma que conhecem, considerando a população total residente na mesma faixa etária em um determinado espaço geográfico e ano, segundo o INEP (2004). No Piauí, a taxa de analfabetismo da população com 15 anos ou mais apresentou uma redução progressiva entre 2017 e 2023, caindo de 15,6% no início do período para 13,3% em 2023, essa mesma tendência de queda pode ser verificada para o Nordeste e o Brasil (Gráfico 14).

Gráfico 14 – Taxa de analfabetismo das pessoas de 15 anos ou mais de idade (%)

Fonte: PNADC/IBGE Anual - 2º trimestre (2023). Elaboração: Superintendência CEPRO/SEPLAN (2024).

Em relação à taxa de analfabetismo das pessoas com 25 anos de idade ou mais, no Piauí, observou-se uma queda gradativa ao longo da série histórica, partindo de 19,7%, em 2017, para 16,3%, em 2023, uma redução de 3,4 p.p. Além disso, o Nordeste e o Brasil também apresentaram uma queda gradual, no mesmo período, de 17,3 % para 13,7% e de 8% para 6,5%, respectivamente (Gráfico 15).

Gráfico 15 – Taxa de analfabetismo das pessoas de 25 anos ou mais de idade (%)

Fonte: PNADC/IBGE Anual (2023) Elaboração: Superintendência CEPRO/SEPLAN (2024).

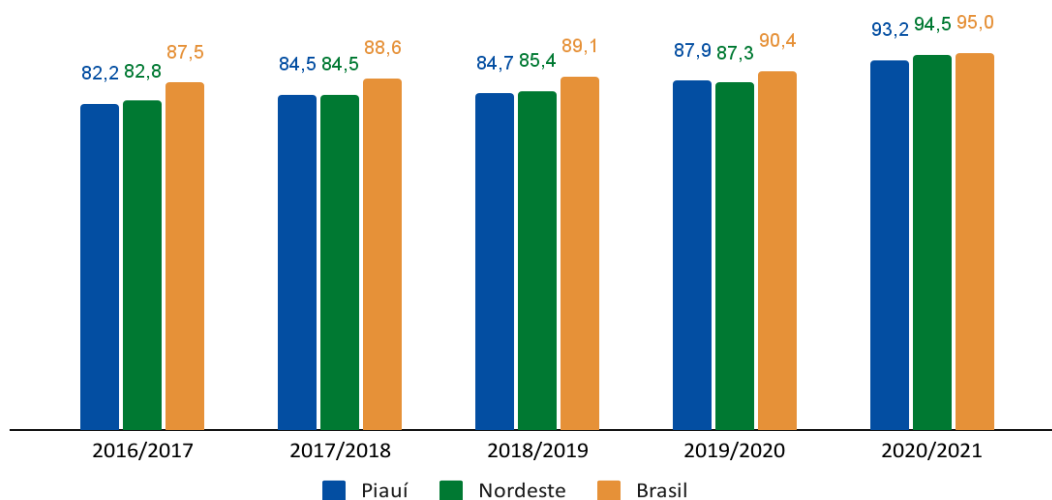
2.3.3 Taxa de promoção do Ensino Fundamental e Médio

A taxa de promoção representa o percentual de alunos promovidos, representando o fluxo de entrada, no que se refere às taxas de fluxo escolar, com base no INEP (2004). No Piauí, a taxa de promoção no Ensino Fundamental entre os anos 2016-2017 e 2020-2021³ aumentou 11 pontos

³ Os dados referentes a 2020-2021 são os últimos divulgados.

percentuais, passando de 82,2% para 93,2%. A Região Nordeste, também, demonstrou crescimento, passando de 82,8% para 94,5%. Esse crescimento também pode ser observado nos dados referentes ao Brasil, que passou de 87,5% para 95%, no mesmo período (Gráfico 16).

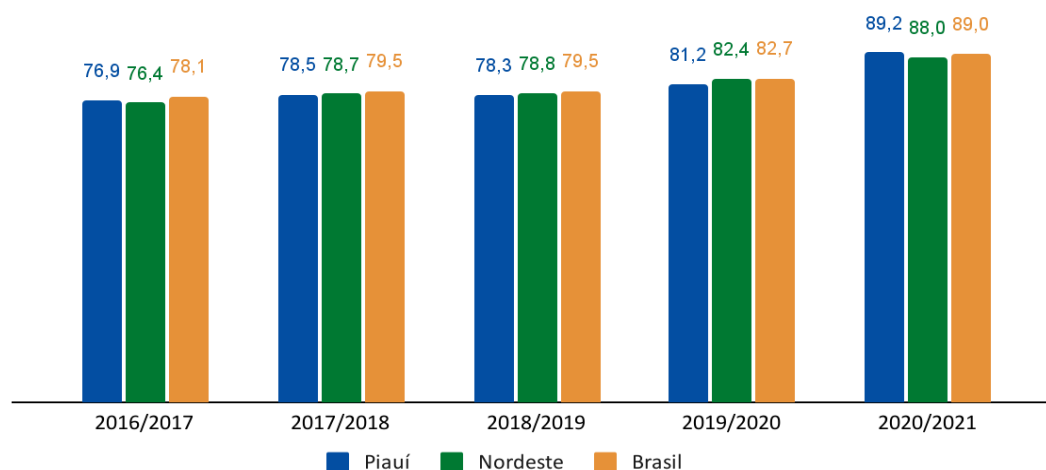
Gráfico 16 – Taxa de promoção do Ensino Fundamental (%)



Fonte: Censo da Educação Básica/INEP. Elaboração: Superintendência CEPRO/SEPLAN (2024).

No Ensino Médio, a taxa de promoção no Estado do Piauí apresentou um aumento de 12,3 pontos percentuais, passando de 76,9 em 2016-2017 para 89,2 em 2020-2021. Referente à Região Nordeste, houve um aumento na taxa entre o período de 2016-2017 a 2020-2021, passando de 76,4 para 88. No mesmo período, o Brasil apresentou um aumento de 10,9 pontos percentuais, passando de 78,1 para 89 (Gráfico 17).

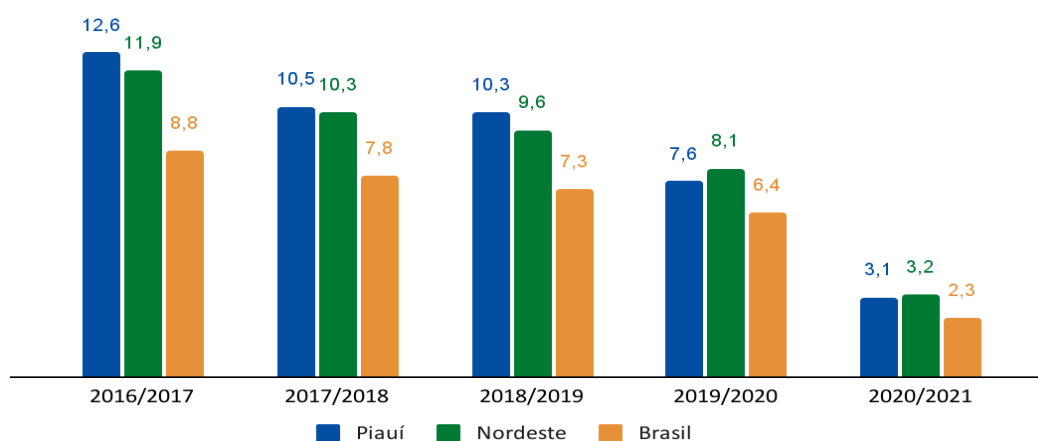
Gráfico 17 – Taxa de promoção do Ensino Médio



Fonte: Censo da Educação Básica/INEP. Elaboração: Superintendência CEPRO/SEPLAN (2024).

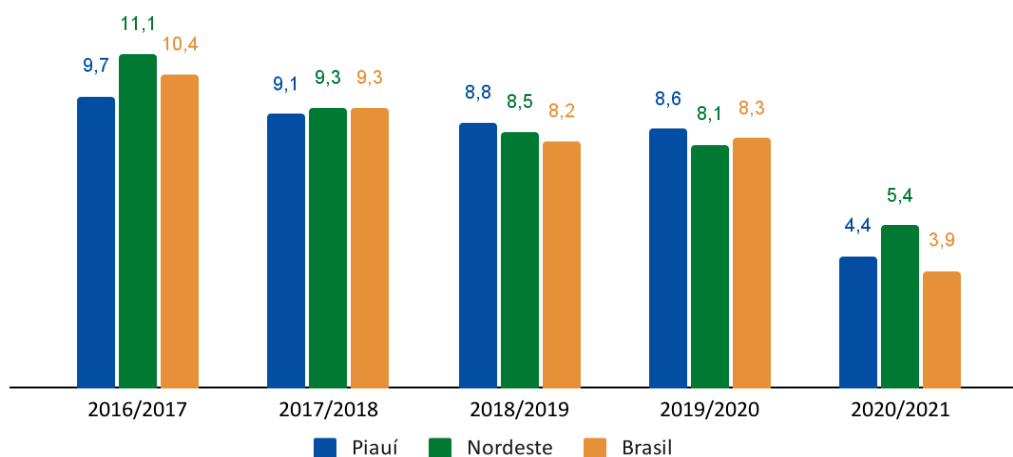
2.3.4 Taxa de repetência de Ensino Fundamental e Médio

A taxa de repetência expressa o percentual de alunos que não obtiveram aprovação no ano letivo, no Piauí. Observou-se que a taxa de repetência do Ensino Fundamental apontou redução de 12,6% para 3,1% (9,5 p.p.), entre os biênios de 2016-2017 e 2020-2021. Para o mesmo período, o Nordeste e o Brasil apresentaram redução de 11,9% para 3,2% (8,7 p.p.) e de 8,8% para 2,3% (6,5 p.p.), respectivamente (Gráfico 18).

Gráfico 18 – Taxa de repetência do Ensino Fundamental (2016 - 2021) (%)

Fonte: Censo da Educação Básica/Inep. Elaboração: Superintendência CEPRO/SEPLAN (2024).

No que se refere à Taxa de Repetência do Ensino Médio, no Piauí, saiu de 9,7% para 4,4%, entre o primeiro e último biênio da série histórica em evidência. Na Região Nordeste, o percentual caiu de 11,1% para 5,4%. Seguindo a mesma tendência, o Brasil saiu de 10,4% para 3,9%, conforme observado no Gráfico 19.

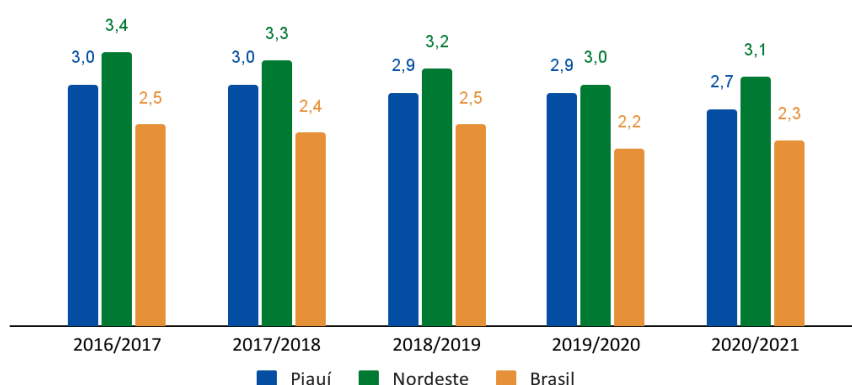
Gráfico 19 – Taxa de repetência do Ensino Médio (2016-2021) (%)

Fonte: Censo da Educação Básica/INEP. Elaboração: Superintendência CEPRO/SEPLAN (2024).

2.3.5 Taxa de evasão do Ensino Fundamental e Médio

A evasão escolar representa o percentual de alunos que deixaram a escola durante o período letivo. No que se refere à taxa de evasão escolar do Ensino Fundamental no Piauí, verifica-se que houve variação de queda, saindo de 3 para 2,7 entre os períodos de 2016-2017 a 2020-2021. Essa leve redução também foi percebida na taxa da Região Nordeste, passando de 3,4 para 3,1, enquanto o Brasil saiu de 2,5 para 2,3, nos mesmos biênios, como demonstra o Gráfico 20.

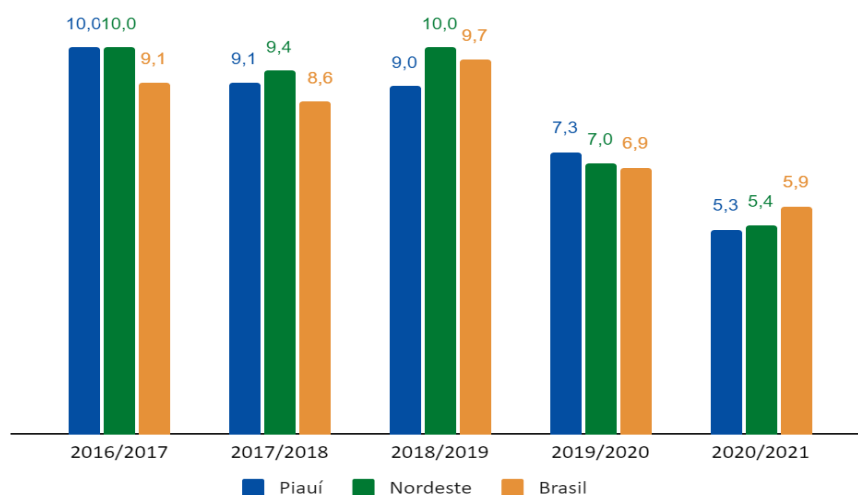
Gráfico 20 – Taxa de Evasão do Ensino Fundamental



Fonte: Censo da Educação Básica/INEP. Elaboração: Superintendência CEPRO/SEPLAN (2024).

No que concerne ao Ensino Médio, observou-se uma diminuição na taxa de evasão no Piauí, caindo de 10 para 5,3, entre os anos de 2016-2017 e 2020-2021. No mesmo período, verifica-se uma queda na taxa para a Região Nordeste, de 10% para 5,4%, fato também notado no Brasil, que passou de 9,1% para 5,9%, conforme o Gráfico 21.

Gráfico 21 – Taxa de evasão do Ensino Médio



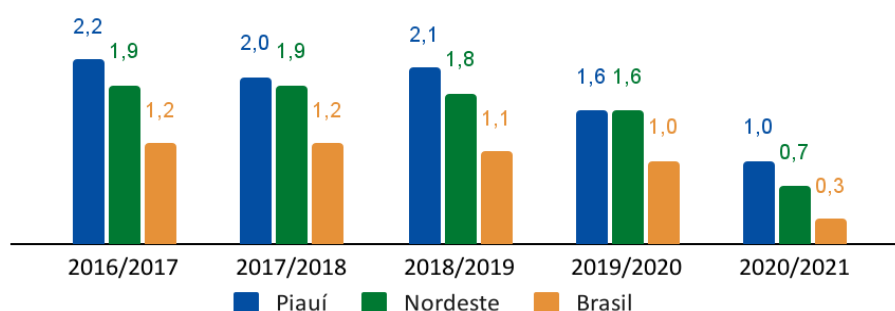
Fonte: Censo da Educação Básica/INEP. Elaboração: Superintendência CEPRO/SEPLAN (2024).

2.4.6 Taxa de migração para o EJA do Ensino Fundamental e Médio

O Ensino de Jovens e Adultos (EJA) é a modalidade de ensino destinada ao grupo populacional já referido que não concluiu, abandonou ou por outro motivo, não teve acesso à educação formal na idade apropriada, conforme o INEP (2004).

Observa-se que no estado do Piauí a taxa de migração para o EJA, na modalidade Ensino Fundamental teve uma queda de 1,2 p.p. entre os biênios de 2016/2017 a 2020/2021, saindo de 2,2 para 1. Também foi possível observar uma queda, no mesmo período, na Região Nordeste, que saiu de 1,9 para 0,7, bem como, no Brasil, que apresentou uma diferença para menos, saindo de 1,2 para 0,3 (Gráfico 22).

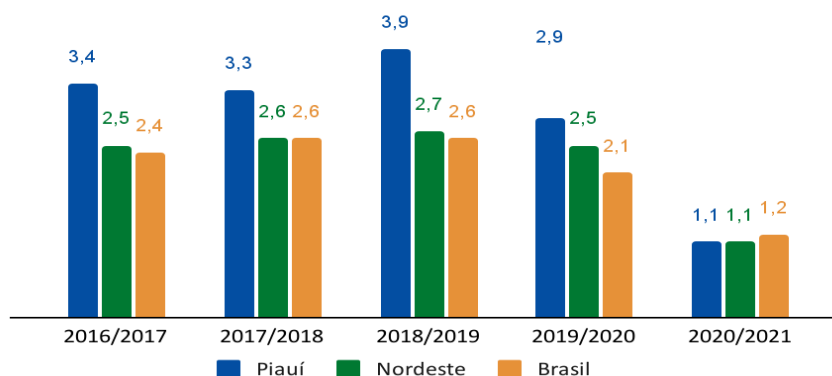
Gráfico 22 – Taxa de migração para o EJA do Ensino Fundamental



Fonte: Censo da Educação Básica/INEP. Elaboração: Superintendência CEPRO/SEPLAN (2024).

A migração para o EJA do Ensino Médio no Piauí apresentou queda de 2,3 pontos percentuais nos anos de 2016-2017 a 2020-2021, passando de 3,4% para 1,1%. No mesmo período, a Região Nordeste demonstrou a mesma tendência de queda, passando de 2,5% para 1,1%, assim como o Brasil, saindo de 2,4% para 1,2% (Gráfico 23).

Gráfico 23 – Taxa de migração para o EJA do Ensino Médio (%)



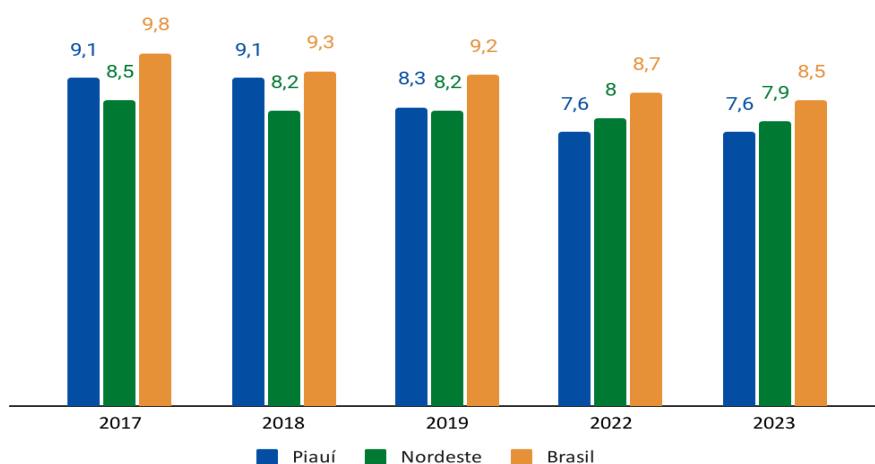
Fonte: Censo da Educação Básica/INEP. Elaboração: Superintendência CEPRO/SEPLAN (2024).

2.3.7 Percentual da população (14 anos ou mais) com pelo menos o Ensino Fundamental completo

O percentual da população com 14 anos ou mais que possui pelo menos o Ensino Fundamental completo é um dos importantes indicadores para avaliação do nível de instrução da população. De acordo com a PNAD Contínua, esse indicador tomou como base o cálculo da razão entre o número de pessoas de 14 anos ou mais de idade (mil pessoas) / total de pessoas de 14 anos ou mais.

No Piauí, o percentual apresentou uma queda de 9,1% em 2017 para 7,6% em 2023. A Região Nordeste seguiu a mesma tendência, saindo de 8,5%, em 2017, para 7,9% em 2023. E, também, percebeu-se o mesmo comportamento no Brasil, pois o percentual passou de 9,8% para 8,5% (Gráfico 24).

Gráfico 24 – Percentual da população (14 anos ou mais) com pelo menos o Ensino Fundamental completo (%)



Fonte: PNADC Anual /IBGE (2023) Elaboração: Superintendência CEPRO/SEPLAN (2024).

2.3.8 Distorção idade-série

A taxa de distorção idade-série traduz o percentual de alunos, em cada série, com idade superior à idade recomendada. Para o Ensino Fundamental, no Brasil, considera-se como idade adequada o ingresso aos 7 anos de idade, com duração em geral de 8 anos (INEP, 2004).

De acordo com dados do Censo da Educação Básica (INEP), a Taxa de Distorção Idade-Série do Ensino Fundamental II, nos anos 2019 e 2023, no Piauí, apresentou uma queda de 12,1 pontos percentuais, passando de 34,6% para 22,5%. Na Região Nordeste também foi observado uma diminuição da taxa, saindo de 37,5%, em 2019, para 27,9%, em 2023, enquanto, no Brasil, percebeu-se

uma redução nos anos de 2019 a 2023, saindo de 22,3% para 15,6%, ou seja, 6,7 pontos percentuais, como pode ser conferido na Tabela 8.

Tabela 8 – Taxa de distorção idade-série (Ensino Fundamental II) – Rede Pública Estadual (%)

Nível Geográfico	2019	2020	2021	2022	2023
Brasil	22,3	21,9	19,4	17	15,6
Nordeste	37,5	35,9	32,9	29,0	27,9
Piauí	34,6	32,4	30,3	26,6	22,5

Fonte: Censo da Educação Básica (2019-2023) /INEP. Elaboração: Superintendência CEPRO/SEPLAN (2024).

Ainda tratando da distorção idade-série, no que diz respeito ao Ensino Médio, o percentual de alunos com idade superior à idade recomendada, no Piauí, registrou diminuição, passando de 38,8%, em 2019, para 28,9%, em 2023. Em relação à Região Nordeste, também se observou uma queda no percentual, saindo de 36,2% para 26,8 %, bem como no Brasil, que saiu de 29,3% para 21,6%, no mesmo período, como demonstrado na Tabela 9.

Tabela 9 – Piauí: Taxa de distorção idade-série (Ensino Médio) – Rede Pública Estadual (%)

Nível Geográfico	2019	2020	2021	2022	2023
Brasil	29,3	29,3	28	24,4	21,6
Nordeste	36,2	35,3	35,6	34,0	26,8
Piauí	38,8	38,0	37,3	30,5	28,9

Fonte: Censo da Educação Básica (2019-2023) /INEP. Elaboração: Superintendência CEPRO/SEPLAN (2024).

2.3.9 Número de matrículas

O número de matrículas, segundo a rede de ensino, representa um indicador da oferta e, nesse sentido, contempla a Educação Básica em suas distintas modalidades. Entre os anos de 2018 a 2020, ocorreu uma queda no número total de matrículas no Piauí. Nos anos entre 2021 e 2022, os registros apontam uma ampliação no quantitativo, como descrito na Tabela 10.

Tabela 10 – Distribuição do número de matrículas segundo a rede de ensino

Ano	Rede de ensino	Nível Geográfico		
		Brasil	Nordeste	Piauí
2018	Total	48.455.867	14.213.442	966.925
	Pública	39.460.618	11.741.486	855.038
	Privada	8.995.249	2.471.956	111.887
2019	Total	47.874.246	13.968.476	895.308
	Pública	38.739.461	11.463.542	782.832
	Privada	9.134.785	2.504.934	112.476
2020	Total	47.295.294	13.670.082	855.397
	Pública	38.504.108	11.311.052	753.970
	Privada	8.791.186	2.359.030	101.427
2021	Total	46.668.401	13.745.359	870.888
	Pública	38.532.056	11.629.219	776.378
	Privada	8.136.345	2.116.140	94.510
2022	Total	47.382.074	13.767.582	883.834
	Pública	38.382.028	11.416.885	778.021
	Privada	9.000.046	2.350.697	105.813
2023	Total	47.304.632	13.685.355	860.073
	Pública	37.881.305	11.229.053	748.527
	Privada	9.423.327	2.456.302	111.546

Fonte: Censo da Educação Básica (2018-2022) /INEP. Elaboração: Superintendência CEPRO /SEPLAN (2024).

2.4 Saúde

A saúde desempenha um papel fundamental no bem-estar e no progresso de uma sociedade. Os indicadores analisados aqui estão relacionados à expectativa de vida, mortalidade na infância, mortalidade infantil, mortalidade materna, mortalidade neonatal, proporção de leitos de internação por 10.000 mil habitantes, proporção de leitos de internação por 10.000 mil habitantes e número de estabelecimentos de saúde.

2.4.1 Expectativa de vida ao nascer

A expectativa de vida ou esperança de vida ao nascer corresponde ao número médio de anos esperados para um recém-nascido, quando mantido o padrão de mortalidade da população residente em determinado espaço geográfico e no ano em evidência. É válido ressaltar que as condições de sobrevivência têm relação com a qualidade de vida local, considerando que fatores como educação, saúde, assistência social, saneamento básico, segurança no trabalho, índices de violência, ausência ou presença de conflitos internos têm influência direta.

Em relação às projeções do IBGE, para o período de 2013 a 2024, foi observado que a expectativa de vida do piauiense, entre o primeiro e último ano da série histórica, apresentou uma ampliação nos valores, saindo de 70,5 no ano inicial para 76,96 no final do período. Em 2024, quando comparada a esperança de vida ao nascer no Nordeste, em relação ao Piauí, observa-se que para a região, o valor estimado foi de 76,15 anos, ou seja, menor do que a apresentada para o estado do Piauí. Já para o Brasil, no referido ano, o valor foi de 76,61, ou seja, valor maior que o estimado para o Nordeste e menor do que o Piauí (Tabela 11).

Tabela 11 – Esperança de vida ao nascer no Brasil, Nordeste e Piauí – 2013 a 2024

Nível Geográfico	Período										
	2013	2014	2015	2016	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024 ¹
Piauí	70,5	70,68	70,87	71,06	71,41	71,59	71,76	71,93	72,1	72,27	76,96
Nordeste	72,21	72,51	72,81	73,09	73,63	73,89	74,13	74,37	74,6	74,82	76,15
Brasil	74,84	75,14	75,44	75,72	76,25	76,5	76,74	76,97	77,19	77,4	76,61

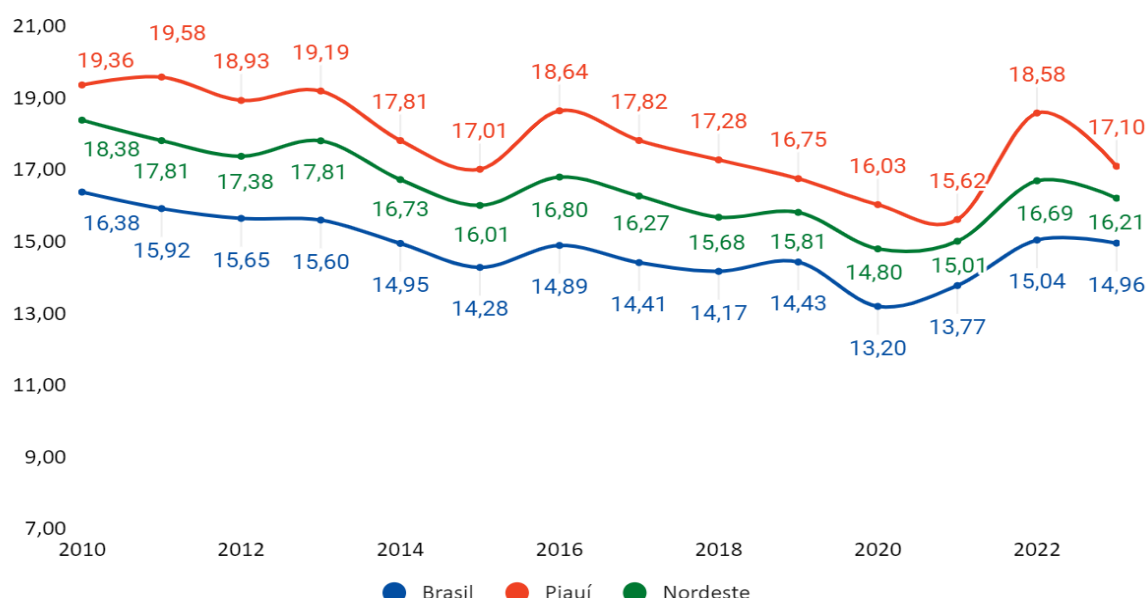
Fonte: IBGE - Projeção da População. Elaboração: Superintendência CEPRO/SEPLAN (2024).
Nota: Os dados para o ano de 2024 correspondem à projeção da população realizada pelo IBGE em 2024.

2.4.2 Mortalidade na Infância

A mortalidade na infância pode estar diretamente relacionada às condições de vida das crianças e suas famílias. Isso ocorre porque as condições precárias de vida, como falta de acesso à água potável, saneamento básico, alimentação adequada e cuidados médicos podem aumentar o risco de doenças e infecções que podem levar à morte de crianças. Além disso, outros fatores como a pobreza, a falta de educação e a violência também podem afetar negativamente a saúde e o bem-estar das crianças.

A mortalidade na infância define-se como ocorrida em crianças menores de cinco (5) anos. Para o cálculo da taxa de mortalidade na infância, utiliza-se a relação entre o número de óbitos de crianças dessa faixa etária, a quantidade de nascidos vivos durante o ano, em determinado espaço geográfico, multiplicados por mil.

Gráfico 25 – Mortalidade na infância (%) - 2010 a 2023



Fonte: SVS/Ministério da Saúde (2023). Elaboração: Superintendência CEPRO/SEPLAN (2024).

Os registros da abrangência territorial, em evidência no Gráfico 25, demonstraram nos sete primeiros anos da série histórica, constantes variações, ora para mais ora para menos. Verificou-se que, no ano de 2011, o Piauí registrou a maior taxa (19,58 pontos), embora tenha sido constatado um declínio contínuo nos valores das taxas, a partir de 2016 até 2021, ano cujo resultado demonstrou a melhor situação registrada em todo o período analisado (15,62 pontos). Na Região Nordeste e no Brasil aconteceram situações semelhantes às registradas no Piauí, embora tenha se verificado a maior ocorrência no ano de 2010, respectivamente, com 18,38 e 16,38. Enquanto a melhor conjuntura foi registrada no ano de 2020, com 14,80 para o Nordeste e 13,20 para o Brasil. Verificou-se, também, que o Brasil registrou menores taxas que as outras abrangências territoriais estudadas e o Piauí detém a situação menos favorável. Vale salientar que os registros dos dois últimos anos da série estudada são preliminares, portanto, ainda poderão sofrer alterações.

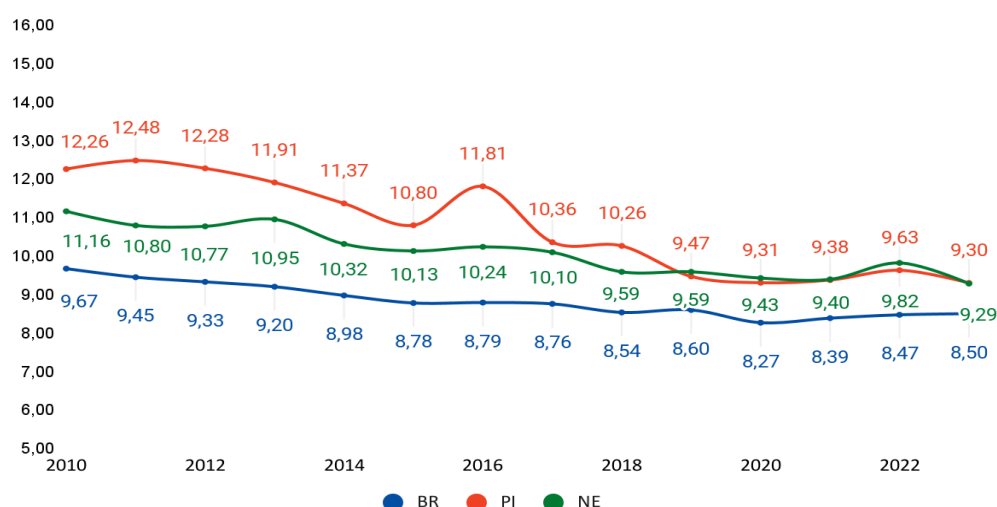
2.4.3 Mortalidade neonatal

A mortalidade neonatal pode estar relacionada às condições de vida das mães e dos recém-nascidos. As condições precárias de vida, como acesso limitado a cuidados pré-natais adequados, falta de assistência médica qualificada durante o parto e condições insalubres de higiene podem aumentar o risco de complicações durante a gravidez e o parto, resultando em uma maior taxa de mortalidade neonatal.

Além disso, fatores socioeconômicos, como pobreza, falta de acesso a uma nutrição adequada e moradia inadequada, também podem desempenhar um papel na mortalidade neonatal. Melhorar as condições de vida das mães e dos recém-nascidos, incluindo acesso a cuidados de saúde de qualidade, educação sobre saúde materna e infantil e medidas de prevenção de doenças, pode ajudar a reduzir a taxa de mortalidade neonatal.

É considerada mortalidade neonatal a que ocorre em recém-nascidos até o 27º dia e subdivide-se em neonatal precoce e neonatal tardia. A taxa de mortalidade neonatal precoce é calculada com o número de óbitos de residentes de 0 a 6 dias de idade por mil nascidos vivos de mães residentes, enquanto a taxa de mortalidade neonatal tardia é feita com o número de óbitos de residentes de 7 a 27 dias de idade por mil nascidos vivos de mães residentes.

Gráfico 26 – Taxa de mortalidade neonatal (%) – 2010 a 2023



Fonte: SVS/Ministério da Saúde (2023). Elaboração: Superintendência CEPRO/SEPLAN (2024).

No Piauí, observou-se que a partir de 2011 até 2015, aconteceu uma diminuição contínua, variando para mais em 2016. A partir de 2017, as taxas observadas no Gráfico 26 sofreram queda prorrogada até 2020, quando atingiu a melhor situação de todo o período (9,30%).

2.4.4 Mortalidade materna

A Organização Mundial de Saúde (OMS) define como mortalidade materna a morte de uma mulher durante a gestação ou até 42 dias depois do parto, independente da duração ou localização da gravidez, devido somente à causa relacionada com ou com agravo da gravidez ou por medidas em relação a ela. A proposta de reajustes da meta para a mortalidade materna é de 30 mortes por 100 mil nascidos vivos, enquanto a meta global para 2030 é de menos de 70 óbitos.

Tabela 12 – Taxa de mortalidade materna global, Piauí, Nordeste e Brasil (%) – 2011 a 2023

Nível Geográfico	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023
Piauí	89,74	100,08	94,79	68,83	83,24	80,88	72,09	84,87	85,54	88,44	122,78	58,88	54,62
Nordeste	68,98	65,58	75,11	71,3	68,53	67,58	65,83	62,74	59,36	85,9	107,39	58,88	55,36
Brasil	55,27	54,48	58,06	58,37	57,59	58,44	58,76	56,3	55,31	71,97	110,25	50,66	50,66

Fonte: SVS/Ministério da Saúde (2024). Elaboração: Superintendência CEPRO/SEPLAN (2024).

As taxas registradas na Secretaria de Vigilância Sanitária do Ministério da Saúde demonstram variações consecutivas no decorrer do período analisado. O estado do Piauí registrou nos anos consolidados (2011 a 2023), taxas entre 122,78 (a mais alta), em 2021 e 54,62 (a menor), em 2023. No mesmo período, o Nordeste delineou sua menor taxa, no ano de 2023, com 55,36 e a pior situação foi sinalizada no ano de 2021, com 107,36. Com relação ao Brasil, a melhor situação foi registrada, em 2023 (50,66) e no ano de 2021 a sua maior taxa (110,25). Foi observado que o Piauí demonstrou em todo o período taxas superiores às do Nordeste e do Brasil. Cabe ressaltar que o Estado vem demonstrando uma queda, em particular, se compararmos entre 2021 e 2023 (Tabela 12).

2.4.5 Estabelecimentos de saúde

A disponibilidade de estabelecimentos de saúde é um fator importante para melhorar o acesso da população aos serviços de saúde. Um número suficiente de estabelecimentos de saúde significa que as pessoas têm mais opções para escolher onde obter atendimento médico, o que pode contribuir para uma melhor qualidade de vida.

Tabela 13 – Números absolutos de estabelecimentos de saúde, Piauí, Nordeste e Brasil

Ano	Nível Geográfico		
	Piauí	Nordeste	Brasil
2012	2.987	51.419	250.239
2013	3.338	54.945	265.291
2014	3.545	57.875	280.227
2015	3.620	58.234	286.011
2016	3.757	60.177	298.173
2017	3.928	63.164	312.783
2018	4.075	66.343	331.058
2019	4.197	68.297	345.017
2020	3.642	67.442	332.192
2021	3.929	72.215	364.917
2022	4.162	76.309	388.398
2023	4.369	79.594	407.633

Fonte: Ministério da Saúde. Cadastro Nacional dos Estabelecimentos de Saúde do Brasil - CNES. Elaboração: Superintendência CEPRO/SEPLAN (2024).

A realidade apontada pelos números, retratada na Tabela 13, demonstra que o Piauí experimentou um crescimento contínuo, até 2019, enquanto o ano de 2020 demonstra queda de 13,22% em relação ao ano anterior. Porém, a partir de 2020 verifica-se um novo crescimento contínuo. No geral, os três níveis territoriais apresentam um crescimento se comparado com o início da série e o final dela.

3 TRABALHO, EMPREGO E RENDA

Para garantir o desenvolvimento econômico no estado do Piauí, é essencial considerar indicadores econômicos e sociais que reflitam a realidade do mercado de trabalho. Isso passa por fomentar a criação de empregos, trabalho digno e renda para a população economicamente ativa, além de buscar uma distribuição mais igualitária de renda e valorização do trabalho. Esses indicadores são fundamentais para um planejamento eficiente e eficaz, visando ao crescimento sustentável e inclusivo do Estado.

Para fins de análise, os indicadores sociais utilizados na seção de trabalho emprego e renda, no Piauí, foram: ocupação e desocupação (proporção da população ocupada ou desocupada com respeito à força de trabalho); formalidade e informalidade, avaliado por meio da proporção da população ocupada de 14 anos ou mais de idade, sem carteira assinada, podendo ser empregados de setor privado e doméstico, sem remuneração (contribuem em trabalhos familiares), e os sem CNPJ (empregadores e por conta própria); ocupação e rendimento segundo subgrupos de atividades econômicas; rendimentos (valor médio, classes de rendimento, coeficiente de Gini, extrema pobreza e pobreza).

3.1 Ocupação e Desocupação

O IBGE caracteriza ocupação como a condição em que um indivíduo realiza alguma atividade remunerada, seja como empregado, empregador, trabalhador autônomo seja auxiliar familiar. Para ser classificado como ocupado, a pessoa precisa ter trabalhado pelo menos uma hora durante a semana de referência da pesquisa.

O termo desocupação é recente na literatura sobre as análises sociais. Em termos conceituais, de acordo com a “Resolução sobre Estatísticas de Trabalho, Emprego e Subutilização da Mão de Obra”, da Organização Internacional do Trabalho – OIT (ILO, 2013), o termo “pessoas desempregadas” passa a ser considerado “pessoas desocupadas”. A referida resolução data de 2013, porém o Brasil, por meio

do IBGE, passa a adotar o termo “pessoas desocupadas” somente no segundo semestre de 2016, adequando-se, dessa maneira, ao que preconiza a OIT.

As pessoas desocupadas são aquelas que se encontram em idade ativa e estão disponíveis para trabalhar, mas não estão empregadas e não conseguem encontrar uma ocupação. Além disso, para ser considerado desocupado é necessário que a pessoa tenha procurado trabalho nos últimos 30 dias e esteja disponível para começar a trabalhar imediatamente.

Referente às pessoas de 14 anos ou mais de idade, ocupadas na semana de referência, por sexo, no Piauí, Nordeste e Brasil foi observado que, no período de 2016 a 2023, no Piauí, o maior percentual de pessoas ocupadas do sexo masculino foi de 61,1% no ano de 2020, já o menor percentual foi de 57,8% no ano de 2019. Relacionado ao sexo feminino, a maior taxa foi de 42,2% no ano de 2019 e a menor de 38,9% no ano de 2020. Já na Região Nordeste, o maior percentual de pessoas ocupadas do sexo masculino foi de 59,9% no ano de 2020 e o menor de 58,4% no ano de 2018. Em relação ao sexo feminino, a maior taxa foi de 41,6% em 2018 e a menor em 2021 com 38,5%. Observa-se, no Brasil, pouca variação no decorrer dos anos para ambos os sexos com destaque para o sexo masculino, com taxa superior ao feminino em toda série histórica (Tabela 14).

Tabela 14 – Pessoas de 14 anos ou mais de idade, ocupadas na semana de referência, por sexo, no Piauí, Nordeste e Brasil - 2016 a 2023 (%)

Ano	Sexo	Nível Geográfico		
		Brasil	Nordeste	Piauí
2016	Homem	57,7	59,4	59,5
	Mulher	42,3	40,6	40,5
2017	Homem	57,3	58,8	58,7
	Mulher	42,7	41,2	41,3
2018	Homem	57,1	58,4	58,8
	Mulher	42,9	41,6	41,2
2019	Homem	57	58,4	57,8
	Mulher	43	41,6	42,2
2020	Homem	58,4	59,9	61,1
	Mulher	41,6	40,1	38,9
2021	Homem	57,5	61,5	59,4
	Mulher	42,5	38,5	40,6
2022	Homem	57,1	58,7	58,7
	Mulher	42,9	41,3	41,3
2023	Homem	57	58,7	58,8
	Mulher	43	41,3	41,2

Fonte: IBGE. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua anual (2016-2023). Elaboração: Superintendência CEPRO/SEPLAN (2024).

Em relação às pessoas de 14 anos ou mais de idade, ocupadas na semana de referência, por cor ou raça, no Piauí, Nordeste e Brasil no período de 2016 a 2023, foi observado no Piauí que o maior percentual de pessoas ocupadas na cor preta ou parda foi de 81%, no ano de 2021, e o menor percentual foi de 78,6%, no ano de 2022. No que se refere à cor branca, a maior taxa foi de 21% no ano de 2022 e a menor de 17% no ano de 2019. Em relação ao Nordeste, o maior percentual de pessoas ocupadas na cor preta ou parda foi de 75,9% no ano de 2021 e o menor de 73,9% no ano de 2022. Já para a cor branca, a maior taxa foi de 25,2% no ano de 2023, e a menor taxa em 2018 com 24,3%. Quando se analisa os números de pessoas pretas e pardas no ano de 2023, observa-se uma leve variação de queda nos números nacionais e regionais, enquanto os dados do Piauí apresentam um crescimento considerável. Quanto a pessoas brancas nesse mesmo ano em questão, os dados também apresentaram variação em queda nas médias nacionais e locais, enquanto na Região Nordeste essa variação foi de crescimento como observado na Tabela 15.

Tabela 15 – Pessoas de 14 anos ou mais de idade, por raça, ocupadas na semana de referência, por raça ou cor, no Piauí, Nordeste e Brasil - 2016 a 2023

Ano	Raça/Cor	Nível Geográfico		
		Brasil	Nordeste	Piauí
2016	Branca	46,1	24,2	19,9
	Preta ou parda	53,1	75,2	80
2017	Branca	45,2	24,4	19,9
	Preta ou parda	53,9	75	79,9
2018	Branca	44,6	24,3	20,2
	Preta ou parda	54,3	74,8	79,5
2019	Branca	44	23,6	17
	Preta ou parda	55	75,5	82,7
2020 ¹	Branca	45,8	24,7	20,3
	Preta ou parda	53,1	75,3	79,7
2021 ¹	Branca	44,7	24,1	19
	Preta ou parda	54	75,9	81
2022	Branca	44,2	25	21
	Preta ou parda	54,7	73,9	78,6
2023 ²	Branca	44,3	25,2	20,1
	Preta ou parda	55,7	74,8	79,9

Fonte: Fonte: IBGE. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua anual (2016-2023). Elaboração: Superintendência CEPRO/SEPLAN (2024).

Nota: 1 - Os dados para a Região Nordeste e para o Piauí, referentes aos anos de 2020 e 2021, são da Síntese dos Indicadores do IBGE de 2023.

Nota: 2 - Para o ano de 2023, foram considerados os dados do 4.º Trimestre da PNAD de 2023.

A Tabela 16 faz referência às pessoas de 14 anos ou mais de idade, desocupadas na semana de referência, por sexo, no Piauí, Nordeste e Brasil no período de 2016 a 2023. No Piauí, foi observado que o maior percentual de pessoas desocupadas do sexo masculino foi de 14% no ano de 2020 e o menor percentual, de 6% no ano de 2016. Em relação ao sexo feminino, a maior taxa foi de 15,4%, no ano de 2020, enquanto a menor foi de 8,8%, no ano 2016. Em relação ao Nordeste, o maior percentual de

pessoas desocupadas do sexo masculino foi de 15,5% no ano de 2020 e o menor de 8,7% no ano de 2023. Para o sexo feminino, a maior taxa foi de 23,1% no ano de 2021, com a menor taxa em 2023 de 12,8%. No que se refere ao Brasil, observa-se um crescimento da desocupação para ambos os sexos, com destaque para o sexo feminino, com taxa superior ao masculino. Os números de 2023, quando comparados aos do ano anterior, se apresentam em queda em quase todos os recortes analisados, variando em aumento a taxa de desocupação de homens no Estado.

Tabela 16 – Taxa de desocupação das pessoas de 14 anos ou mais de idade, por sexo, Nordeste e Brasil (%) - 2016 a 2023

Ano	Sexo	Nível Geográfico		
		Brasil	Nordeste	Piauí
2016	Homem	10,7	12,8	6
	Mulher	14,1	16,9	8,8
2017	Homem	10,4	12,8	13,4
	Mulher	13,8	15,6	13,6
2018	Homem	10,1	13	12,4
	Mulher	13,8	16,7	12,4
2019	Homem	9,2	11,7	12,7
	Mulher	13,4	16,4	14,1
2020 ¹	Homem	11,9	15,5	14
	Mulher	17,2	19,7	15,4
2021 ¹	Homem	9	14,6	12,4
	Mulher	13,9	23,1	13,8
2022	Homem	6,5	9,1	7,5
	Mulher	9,8	13,2	12
2023	Homem	6	8,7	10,5
	Mulher	9,2	12,8	10,9

Fonte: IBGE. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua, Trimestral (2016-2023). Elaboração: Superintendência CEPRO/SEPLAN (2024).

Nota: Os dados para a Região Nordeste e para o Piauí, referentes aos anos de 2020 e 2021, são da Síntese dos Indicadores do IBGE de 2023.

A Tabela 17 apresenta dados sobre a taxa de desocupação de pessoas de 14 anos ou mais de idade, por raça ou cor, no Piauí, Nordeste e Brasil, no período de 2016 a 2023. Os resultados mostram que, em geral, a taxa de desocupação das pessoas brancas é menor do que a das pessoas pretas ou pardas em todos os níveis geográficos analisados. Em 2023, por exemplo, a taxa de desocupação das pessoas brancas no Brasil foi de 5,9%, enquanto a das pessoas pretas ou pardas foi de 8,6%, os menores do recorte temporal em destaque. No Nordeste, a diferença foi ainda maior, com uma taxa de desocupação das pessoas brancas de 9,1% e das pessoas pretas ou pardas de 10,9%. Nesse sentido, ao apresentar números superiores ao nacional, em 2023, a Região Nordeste apresentou as menores taxas da série temporal selecionada.

Tabela 17 – Taxa de desocupação das pessoas de 14 anos ou mais de idade, por raça, por raça ou cor no Piauí, Nordeste e Brasil (%) - 2016 a 2023

Ano	Raça/Cor	Nível Geográfico		
		Brasil	Nordeste	Piauí
2016	Branca	9,6	11,5	9,6
	Preta ou Parda	13,6	14,5	9,9
2017	Branca	10,1	12,4	11
	Preta ou Parda	14,7	15,5	12,6
2018	Branca	9,6	11,9	11,9
	Preta ou Parda	14,2	15,5	13
2019	Branca	9,3	11,7	10,2
	Preta ou Parda	13,8	15	12,7
2020	Branca	11,1	13,8	11,7
	Preta ou Parda	15,9	18,3	15,3
2021	Branca	11,3	15,3	10,7
	Preta ou Parda	16,3	19,1	13,5
2022	Branca	7,6	11,5	8,5
	Preta ou Parda	11,1	13,4	10,5
2023 ¹	Branca	5,9	9,1	8,6
	Preta ou Parda	8,6	10,9	10,8

Fonte: IBGE. Síntese dos Indicadores 2023. Elaboração: Superintendência CEPRO/SEPLAN (2024).
Nota: Os dados referentes ao ano de 2023 são da PNAD Contínua, especificamente do 4.º Trimestre (2024).

Além disso, é possível observar que houve variações nas taxas de desocupação ao longo dos anos. No Piauí, por exemplo, a taxa de desocupação das pessoas pretas ou pardas foi de 9,9% em 2016 e chegou a 10,8% em 2023. Já a taxa de desocupação das pessoas brancas no Estado apresentou uma variação menor, indo de 9,6% em 2016 para 8,6% em 2023.

3.2 Formalidade e informalidade

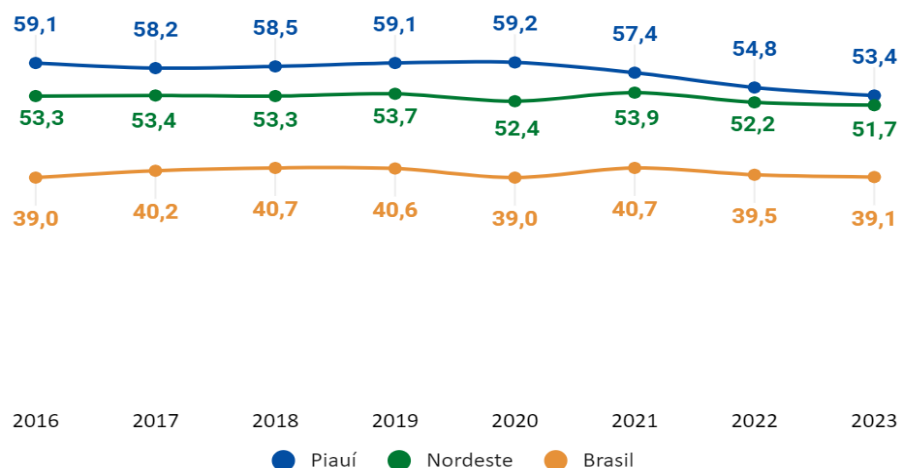
A condição de formalidade no trabalho é quando a pessoa tem a carteira assinada ou o registro formal de uma empresa, ou seja, são considerados trabalhadores formais aqueles que possuem vínculo empregatício reconhecido legalmente, com direitos trabalhistas e previdenciários garantidos.

A informalidade é o trabalho realizado por conta própria ou para um empregador, sem carteira assinada ou sem registro formal de empresa, isto é, são considerados trabalhadores informais aqueles que não possuem proteção trabalhista ou previdenciária.

Sobre a informalidade de pessoas de 14 anos ou mais, em relação ao Piauí, no período de 2016 a 2022, é possível observar que o maior valor percentual da taxa de informalidade foi de 59,2% no ano de 2020, enquanto o menor foi no ano de 2023, com 53,4%. Em relação ao Nordeste, a maior taxa de informalidade foi de 53,9%, em 2021, e o menor percentual foi de 51,7% em 2023. No Brasil, os níveis de informalidade seguem um padrão com pouca variação no decorrer dos anos, com a maior taxa

registrada nos anos de 2018 e 2021, ambos com 40,7%, já a menor taxa verificada foi 39%, nos anos de 2016 a 2020, conforme evidenciado no Gráfico 27.

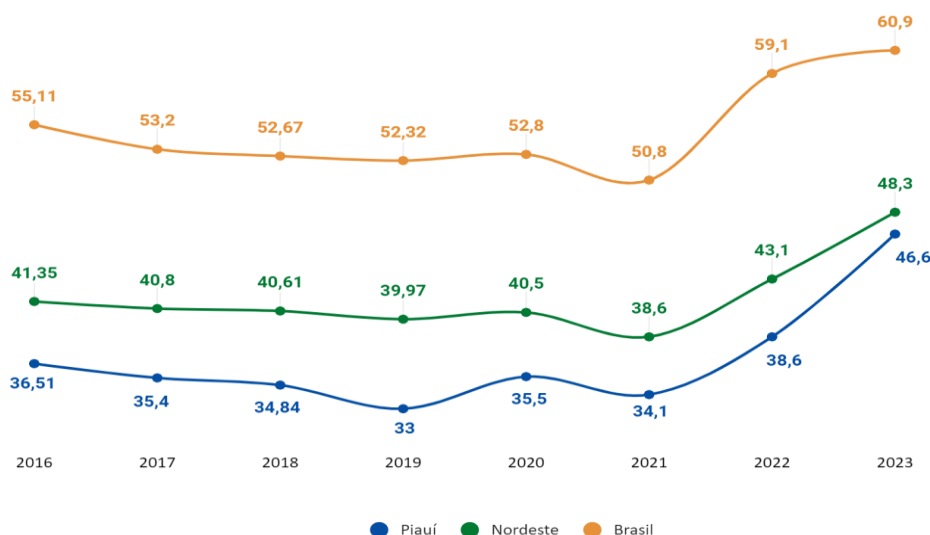
Gráfico 27 – Taxa de informalidade de pessoas de 14 anos ou mais no Piauí, Região Nordeste e Brasil (%) - 2016 a 2023



Fonte: IBGE. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua trimestral (2016 a 2023). Elaboração: Superintendência CEPRO/SEPLAN (2024).

No que tange à formalidade de pessoas de 14 anos ou mais no Piauí, a maior taxa foi de 46,6% em 2023, enquanto o menor valor foi de 33% em 2019. A taxa de formalidade no plano nacional foi de 59,1% em 2022, e a média dos estados nordestinos foi de 43,1% no mesmo ano (Gráfico 28).

Gráfico 28 – Taxa de formalidade de pessoas de 14 anos ou mais no Piauí, Região Nordeste e Brasil (%) - 2016 a 2023



Fonte: IBGE - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua trimestral (2016-2022). Elaboração: Superintendência CEPRO/SEPLAN (2024).

No Nordeste, a formalidade registrou o maior valor em 2023, 48,3% e o menor em 2019, 33%. No Brasil, os níveis de formalidade oscilaram entre 50,8%, em 2021 e 60,9%, em 2023. As taxas dos três níveis territoriais apresentaram leve queda entre 2016 e 2021, porém a partir de 2022 é possível observar um cenário mais favorável em relação à formalidade para os três níveis territoriais (Gráfico 28).

3.3 Pessoas ocupadas, na semana de referência, por grupamento de trabalho principal

O grupamento de trabalho principal é a atividade econômica na qual a pessoa trabalha, ou seja, o setor em que está empregada. Esse conceito é utilizado nas pesquisas do mercado de trabalho para classificar as ocupações de acordo com a atividade econômica em que são exercidas. Os grupamentos de trabalho principal são definidos de acordo com a Classificação Nacional de Atividades Econômicas (CNAE), metodologia utilizada para padronizar a classificação das atividades econômicas no país.

A Tabela 18 apresenta a distribuição percentual de pessoas de 14 anos ou mais de idade, ocupadas na semana de referência, por grupamento de atividades no trabalho principal, no Piauí, de 2012 a 2023. Ao analisar os dados, observa-se oscilações na distribuição das pessoas ocupadas entre os diferentes setores econômicos ao longo dos anos.

No Piauí, entre 2012 e 2023, houve variações significativas em alguns setores. Por exemplo, o setor de agricultura, pecuária, produção florestal, pesca e aquicultura apresentou uma queda acentuada na porcentagem de pessoas ocupadas, passando de 25,2% em 2012 para 12,1% em 2023. Por outro lado, o setor de comércio, reparação de veículos automotores e motocicletas apresentou um aumento gradual na sua representatividade, passando de 19,6% em 2012 para 22,7% em 2023.

Além disso, outros setores também apresentaram oscilações ao longo do período analisado. O setor de administração pública, defesa, seguridade social, educação, saúde humana e serviços sociais teve um aumento gradual, saindo de 16,4%, em 2012, para 21,5%, em 2023. A partir da Tabela 18, verifica-se que, em 2023, os dois maiores setores são os de comércio, reparação de veículos automotores e motocicletas, seguido por administração pública, defesa, seguridade social, educação, saúde humana e serviços sociais.

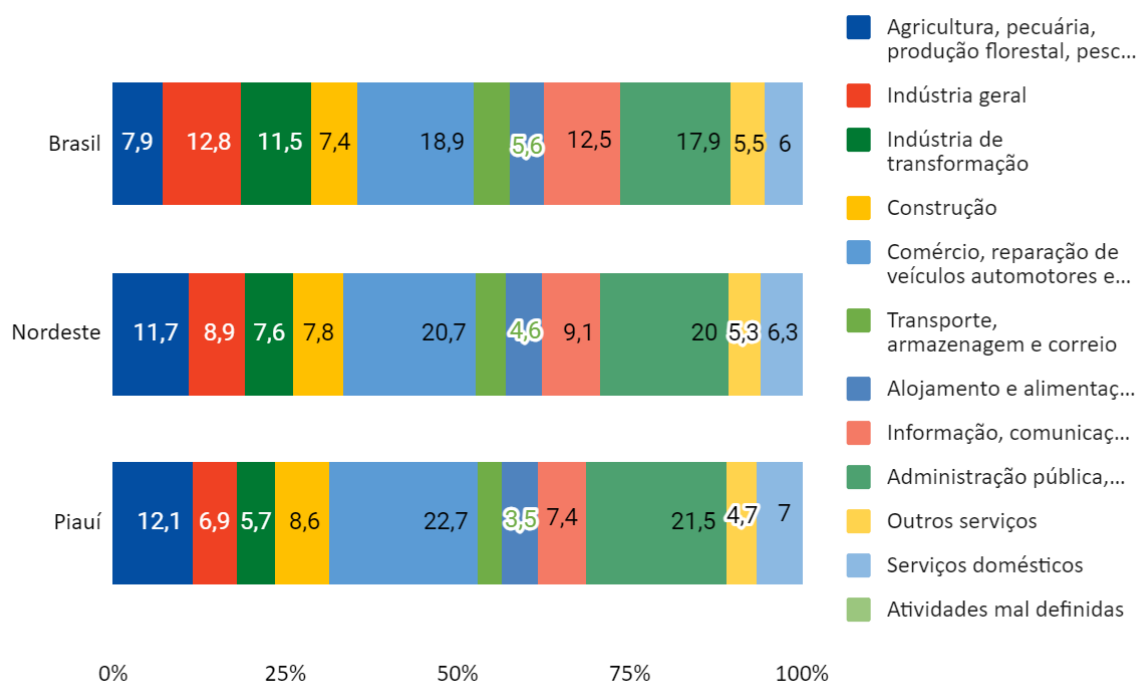
Tabela 18 – Distribuição percentual de pessoas de 14 anos ou mais de idade, ocupadas na semana de referência, por grupamento de atividades no trabalho principal, no Piauí

Grupamento	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023
Agricultura, pecuária, produção florestal, pesca e aquicultura	25,2	24,4	23,2	22,9	20	18,8	18,7	18,7	16,2	18	12,5	12,1
Indústria geral	7,1	7,3	6,6	6,6	6,2	6,3	6,8	6,7	6,8	6,3	6,5	6,9
Indústria de transformação	6,5	6,3	5,5	5,7	5,6	5,6	6,1	5,7	6	5,4	5,1	5,7
Construção	9	9,3	9,6	9,5	9,6	8,4	8,2	7,4	8,9	9	8,3	8,6
Comércio, reparação de veículos automotores e motocicletas	19,6	19,9	19,9	20,1	20,6	20,3	21	20,8	21,6	20,1	21,4	22,7
Transporte, armazenagem e correio	2,9	2,9	3	2,8	3	3,3	3,2	3,2	3	4,6	3,1	3,5
Alojamento e alimentação	4	4,8	5	5,1	5,4	5,7	6,1	5,6	4,9	5,3	6,2	5,6
Informação, comunicação e atividades financeiras, imobiliárias, profissionais e administrativas	4,5	5,2	5,3	5,9	6,2	6,5	6,3	6	6,9	7,2	8,8	7,4
Administração pública, defesa, seguridade social, educação, saúde humana e serviços sociais	16,4	16,3	16,9	16,6	17,5	19,1	18,7	19,4	19,8	20,6	22,1	21,5
Outro serviço	3,6	3,6	3,8	3,8	4,3	4,9	4,4	5,2	4,6	5	4,7	4,7
Serviço doméstico	7,5	6,2	6,5	6,6	6,8	6,6	6,4	6,8	7,1	5,5	6,5	7
Atividades mal definidas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-

Fonte: IBGE. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua trimestral (2012 a 2023). Elaboração: Superintendência CEPRO/SEPLAN (2024).

Os setores/grupamentos de Comércio, reparação de veículos automotores e motocicletas e Administração pública, defesa, seguridade social, educação, saúde humana e serviços sociais são os mais representativos não apenas no Piauí, mas nos dois outros níveis territoriais selecionados, o Nordeste e o Brasil (Gráfico 29).

Gráfico 29 – Distribuição percentual de pessoas de 14 anos ou mais de idade, ocupadas na semana de referência, por agrupamento de atividades no trabalho principal no Piauí, Nordeste e Brasil (2023)



Fonte: IBGE. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua trimestral (2023). Elaboração: Superintendência CEPRO/SEPLAN (2024).

De forma comparativa, o Piauí possui uma participação maior tanto no comércio quanto na administração pública em relação à Região Nordeste e ao Brasil. Ressalta-se que essa diferença não é significativa, o que apresenta uma certa semelhança na estrutura ocupacional das regiões em destaque, isso no que diz respeito aos seus dois maiores setores/grupamentos.

3.4 Rendimentos (valor médio, classes de rendimento, coeficiente de Gini, extrema pobreza e pobreza)

O rendimento da população é uma importante variável porque permite entender a distribuição de riqueza e desigualdade social em um país. Além disso, os rendimentos são um indicador importante da qualidade de vida das pessoas e podem influenciar em diversos aspectos, como saúde, educação e bem-estar. Compreender a dinâmica dos rendimentos também é fundamental para o desenvolvimento de políticas públicas voltadas para a redução da pobreza e da desigualdade, além de contribuir para a tomada de decisões estratégicas no âmbito empresarial e econômico.

Tabela 19 – Rendimento médio mensal real da população residente com rendimento, a preços médios do ano (reais)(2016-2023)

Nível Geográfico	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023
Brasil	1941	2014	2141	2220	2213	2273	2533	2846
Nordeste	1289	1368	1392	1486	1554	1503	1714	1885
Piauí	1227	1266	1355	1363	1399	1414	1806	2145

Fonte: IBGE. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua. Elaboração: Superintendência CEPRO/SEPLAN (2024).

Entre 2016 e 2023, os dados da Tabela 19 mostram um aumento anual no rendimento médio mensal real da população com rendimento nos três níveis territoriais analisados, sendo que a maior média é observada nos dados nacionais. Ao comparar o Piauí e o Brasil, em 2016, o rendimento médio do Estado era 63,2% do nacional, aumentando para 75,4% em 2023. Já o rendimento do Nordeste em relação ao Brasil era de 66,4% em 2016 e diminuiu para 66,2% em 2023.

Tabela 20 – Coeficiente de Gini

Ano	Nível Geográfico		
	Brasil	Nordeste	Piauí
2016	0,537	0,544	0,528
2017	0,539	0,557	0,529
2018	0,545	0,546	0,53
2019	0,544	0,56	0,537
2020	0,524	0,526	0,474
2021	0,544	0,556	0,516
2022	0,518	0,517	0,518
2023	0,518	0,509	0,552

Fonte: IBGE. PNAD Contínua, 2012-2019 (acumulado de primeiras visitas), a partir de 2020 (acumulado de quintas visitas). Elaboração: Superintendência CEPRO/SEPLAN (2024).

Sobre o coeficiente de Gini, do Piauí, analisado no período de 2016 a 2023, a melhor taxa observada foi no ano de 2020, com 0,474, porém entre os anos de 2021 e 2023 o índice apresentou um comportamento crescente chegando em 0,552. No Nordeste a melhor taxa foi identificada no ano de 2023 com 0,509, e a pior em 2017 com 0,557. Em relação ao Brasil, observou-se que a menor taxa do coeficiente de Gini foi de 0,518 no ano de 2023 e a maior, em relação aos outros anos da série, foi em 2018 com 0,545 (Tabela 20).

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Educação. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Dicionário de indicadores educacionais: fórmulas de cálculo**. Brasília, 2004.

BRASIL. Ministério da Educação. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Censo Escolar (Resultados), 2015-2022**. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/areas-de-atuacao/pesquisas-estatisticas-e-indicadores/censo-escolar/resultados>. Acesso em: 20 abr. 2023.

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), 2012-2022**. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/9173-pesquisa-nacional-por-amostra-de-domicilios-continua-trimestral.html?t=destaques>. Acesso em: 15 abr. 2023.

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Panorama do Censo Demográfico, 2022**. Disponível em: <https://censo2022.ibge.gov.br/panorama/>. Acesso em: 30 jun. 2023.

BRASIL. Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional. Sistema Nacional de Informações sobre o Saneamento (SNIS). **Painel do Setor Saneamento, 2021**. Disponível em: <https://www.gov.br/cidades/pt-br/aceso-a-informacao/acoes-e-programas/saneamento/snis/painel>. Acesso em: 15 maio 2023.

INTERNATIONAL LABOUR OFFICE (ILO). Resolution I: Resolution concerning statistics of work, employment and labour underutilization. In: INTERNATIONAL CONFERENCE OF LABOUR STATISTICIANS, 19., Geneve, 2013. Proceedings [...]. Geneve: ICLS, 2013. Disponível em: https://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---dgreports/---stat/documents/normativeinstrument/wcms_230304.pdf. Acesso em: 27 mar. 2023.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Banco de Dados de Informações Ambientais (BDIA)** [recurso eletrônico]. Disponível em: <https://bdiaweb.ibge.gov.br/#/consulta/vegetacao>. Acesso em: 20 jun. 2023.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Pesquisa nacional de saneamento básico - 2017: abastecimento de água e esgotamento sanitário**. Brasília: IBGE, 2020. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101734.pdf>. Acesso em: 25 out. 2024.

JANNUZZI, Paulo de Martino. **Indicadores sociais: conceitos e fontes de dados e aplicações**. São Paulo: Editora Alínea, 2009.

GLOSSÁRIO

CadÚnico: o Cadastro Único para Programas Sociais é um registro que identifica e caracteriza famílias de baixa renda em todo o Brasil. Ele coleta informações como endereço, composição familiar, escolaridade e renda, servindo como principal ferramenta para inclusão em programas federais, como o Bolsa Família e o Minha Casa Minha Vida. Além de facilitar a gestão de políticas sociais, proporciona uma visão abrangente das necessidades da população vulnerável.

Condição de ocupação do domicílio: classificação do domicílio particular permanente, conforme a sua condição de ocupação pelos moradores, em: próprio de algum morador - já pago - para o domicílio de propriedade, total ou parcial, de morador e que estava integralmente pago, independentemente da condição de ocupação do terreno; próprio de algum morador - ainda pagando - para o domicílio de propriedade, total ou parcial, de morador e que não estava integralmente pago, independentemente da condição de ocupação do terreno; alugado - para o domicílio cujo aluguel era, total ou parcialmente, pago por morador; cedido - para o domicílio cedido gratuitamente por empregador de morador, instituição ou pessoa não moradora (parente ou não), ainda que mediante uma taxa de ocupação ou conservação. Nessa condição, incluiu-se o domicílio cujo aluguel era integralmente pago, direta ou indiretamente, por empregador de morador, instituição ou pessoa não moradora; ou outra - para o domicílio ocupado em condição diferente das anteriormente arroladas, como, por exemplo, no caso de invasão.

Condições de vida: são representadas por quatro aspectos: a) domicílios; b) educação; c) saúde; e d) saneamento básico, que apontam as condições de moradia, educação e de saúde da população piauiense. Esses quatro elementos são essenciais para uma vida digna e saudável, proporcionando um desenvolvimento sustentável.

Cor ou raça: característica declarada pelas pessoas com base nas seguintes opções: branca, preta e parda. Em alguns momentos são agregadas as cores ou raças pretas e pardas, em particular, por conta do preconceito de marca que cobre o Brasil. A categoria parda está associada à miscigenação.

Domicílio: local de moradia estruturalmente separado e independente, constituído por um ou mais cômodos. A separação fica caracterizada quando o local de moradia é limitado por paredes, muros, cercas etc., coberto por um teto, permitindo que os moradores se isolem.

Empregador: pessoa que trabalha explorando o seu próprio empreendimento, com pelo menos um empregado.

Escolaridade média: é o número médio de anos de estudos, que expressa a escolaridade média (em anos) da população, podendo ser calculado por grupos de idade.

Estabelecimento de saúde: espaço físico delimitado e permanente onde se realiza ações e serviços de saúde humana sob responsabilidade técnica, conforme disposto no Art. 360 da Portaria de Consolidação nº 1, de 28.09.2017, do Ministério da Saúde.

Evasão escolar: saída antecipada, antes da conclusão do ano, série ou ciclo, por desistência (independentemente do motivo), representando, portanto, condição terminativa de insucesso em relação ao objetivo de promover o aluno a uma condição superior à de ingresso, no que diz respeito à ampliação do conhecimento, ao desenvolvimento cognitivo, de habilidades e de competências almejadas para o respectivo nível de ensino.

Expectativa de vida ao nascer: número médio de anos de vida esperados para um recém-nascido, mantido o padrão de mortalidade existente, em determinado espaço geográfico, no ano considerado. Expressa a longevidade da população

Formalidade: caracteriza-se quando há um vínculo empregatício de acordo com as leis trabalhistas vigentes, ou seja, quando o trabalhador possui registro na carteira de trabalho, recebe benefícios sociais e contribui para a Previdência Social.

Grupamento de trabalho principal: é uma classificação que agrupa as ocupações de acordo com suas características e atividades principais. Essa classificação é utilizada para obter informações sobre o mercado de trabalho, identificando os diferentes setores da economia e as ocupações mais comuns em cada um deles. Os grupamentos de trabalho principal são definidos de acordo com a Classificação Nacional de Atividades Econômicas (CNAE), que é uma metodologia utilizada para padronizar a classificação das atividades econômicas no país.

Índice (ou coeficiente) de Gini: medida de desigualdade relativa obtida a partir da Curva de Lorenz, que relaciona o percentual acumulado da população em ordem crescente de rendimentos (eixo x) e o percentual acumulado de rendimentos (eixo y). Quando os percentuais acumulados de população correspondem aos percentuais acumulados de rendimentos (10% da população com 10% dos rendimentos, por exemplo), tem-se a linha de perfeita igualdade. A Curva de Lorenz representa a

distribuição real de rendimentos de uma dada população, tendo, em geral, formato convexo. Quanto mais afastada da linha de perfeita igualdade, mais desigual a distribuição. O índice de Gini é uma medida numérica que representa o afastamento de uma dada distribuição de renda (Curva de Lorenz) da linha de perfeita igualdade, variando de “0” (situação onde não há desigualdade) a “1” (desigualdade máxima, ou seja, toda a renda apropriada por um único indivíduo).

Informalidade: é constituída de empregados que não possuem vínculos com a empresa nas quais trabalham, além de empregadores e trabalhadores por conta própria, cujas empresas não estão registradas no CNPJ e que não contribuem para a Previdência Social do País.

Insegurança alimentar grave: é um estado que impacta diretamente as crianças da família, podendo chegar à fome, definida como a ausência total de alimentação durante um dia inteiro devido à falta de recursos financeiros para comprar comida

Insegurança alimentar leve: é caracterizada pela incerteza sobre a continuidade do acesso aos alimentos no futuro, e pode envolver a escolha de alimentos de qualidade inferior para evitar a redução da quantidade disponível.

Insegurança alimentar moderada: é quando há uma redução na quantidade de alimentos consumidos, principalmente pelos adultos, afetando os padrões habituais de alimentação.

Leito de internação: cama numerada e identificada destinada à internação de paciente em um hospital, localizada em quarto ou enfermaria. O leito de internação constitui o endereço exclusivo desse paciente durante a sua estadia no hospital e vincula-se a uma unidade de internação ou serviço com vistas a atender a ambiência hospitalar necessária para a execução do processo assistencial, qualificado e humanizado, em conformidade com a Resolução nº 50, de 21.02.2002, da Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa).

Morador: pessoa que tem o domicílio como local habitual de residência e nele se encontra na data de referência, ou que, embora ausente na data de referência, tem o domicílio como residência habitual, desde que essa ausência não seja superior a 12 meses em relação àquela data, em decorrência dos seguintes motivos: viagens (a passeio, a serviço, a negócio, de estudos etc.); internação em estabelecimento de ensino ou hospedagem em outro domicílio, pensionato, república de estudantes, visando facilitar a frequência à escola durante o ano letivo; detenção sem sentença definitiva declarada; internação temporária em hospital ou estabelecimento similar; ou embarque a serviço (militares, petroleiros).

Mortalidade materna: é definida como o óbito de mulheres durante a gestação, parto ou até 42 dias após o parto, por causas relacionadas à gravidez ou ao parto.

Mortalidade na infância: é um indicador que mede o número de óbitos de crianças com menos de 5 anos de idade por cada mil nascidos vivos.

Mortalidade neonatal: é o óbito de um recém-nascido (até 28 dias de vida) durante o primeiro mês de vida.

Pessoas desocupadas: são aquelas que se encontram em idade ativa e estão disponíveis para trabalhar, mas não estão empregadas e não conseguem encontrar uma ocupação. Além disso, para ser considerado desocupado, é necessário que a pessoa tenha procurado trabalho nos últimos 30 dias e esteja disponível para começar a trabalhar imediatamente.

Pessoas ocupadas: são aquelas que trabalham pelo menos uma hora remunerada na semana de referência da pesquisa, ou que estão afastadas do trabalho por um período de até 30 dias, como férias ou licença médica. Além disso, também são consideradas pessoas ocupadas aquelas que, mesmo não tendo trabalhado na semana de referência, possuem emprego ou negócio próprio do qual estão temporariamente afastadas.

População: o IBGE utiliza o conceito de população residente ou "de direito", ou seja, a população é enumerada no seu local de residência habitual.

Programa Bolsa Família: é uma política do governo brasileiro que visa transferir renda para famílias em situação de pobreza e extrema pobreza. Por meio de benefícios financeiros, o programa busca garantir segurança alimentar, promover acesso à educação e à saúde, e incentivar a inclusão social. As famílias são selecionadas com base em critérios de renda e devem cumprir condições relacionadas à frequência escolar e às atividades de saúde, contribuindo para o desenvolvimento humano e social dos beneficiários.

Rendimento médio mensal real domiciliar per capita: é a média do total de rendimentos recebidos por todas as pessoas que moram em uma mesma residência, dividido pelo número total de moradores dessa residência. Ou seja, é uma medida que indica quanto, em média, cada pessoa de um determinado domicílio recebe de renda por mês, descontando a inflação.

Repetência: é quando um aluno reprova em uma ou mais disciplinas ao final do ano letivo. A repetência ocorre quando o estudante não atinge o desempenho mínimo esperado para avançar para a série seguinte.

Segurança alimentar: é uma condição em que uma família dispõe de acesso contínuo a alimentos em quantidade suficiente para satisfazer as necessidades nutricionais de todos os seus membros, sem prejudicar o atendimento de outras necessidades básicas.

Taxa de analfabetismo: mede o grau de analfabetismo da população. Avalia o percentual de pessoas analfabetas em determinada faixa etária. Usualmente é considerada a faixa etária de 15 anos ou mais, isto é, o analfabetismo avaliado acima da faixa etária onde, por lei, a escolaridade seria obrigatória.

Taxa de distorção idade-série: é o percentual de alunos que têm idade acima da esperada para o ano em que estão matriculados.

Territórios de Desenvolvimento: constituem as unidades de planejamento da ação governamental, visando a promoção do desenvolvimento sustentável do Estado, a redução de desigualdades e a melhoria da qualidade de vida da população piauiense.